

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Escola Nacional
de Saúde Pública
Sérgio Arouca

A SAÚDE QUE SE LÊ

UMA REFLEXÃO A PARTIR DA TRAJETÓRIA DA EDITORA FIOCRUZ

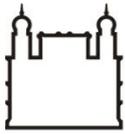
Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz), como requisito parcial obrigatório à obtenção do título de Mestre em Ciências na área de Saúde Pública.

Mestrando: João Carlos Canossa Pereira Mendes

Orientador: Luis David Castiel

Segundo Orientador: Ricardo Ventura Santos

Rio de Janeiro, maio de 2013.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Escola Nacional
de Saúde Pública
Sérgio Arouca

Esta dissertação, intitulada

A SAÚDE QUE SE LÊ

UMA REFLEXÃO A PARTIR DA TRAJETÓRIA DA EDITORA FIOCRUZ

apresentada por

João Carlos Canossa Pereira Mendes

foi avaliada pela banca de examinadores composta pelos seguintes membros:

Nísia Trindade Lima

Gustavo Correa Matta

&

Luis David Castiel
(Orientador)

Suplentes:

Maria Cristina Rodrigues Guilam

&

Fernando Antônio Pires Alves

Apresentada e aprovada em 28 de maio de 2013.

Catálogo na fonte
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca de Saúde Pública

M538 Mendes, João Carlos Canossa Pereira
A saúde que se lê: uma reflexão a partir da trajetória da
Editora Fiocruz. / João Carlos Canossa Pereira Mendes. -- 2013.
115 f. : tab.

Orientador: Castiel, Luis David
Santos, Ricardo Ventura
Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública
Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2013.

1. Saúde Pública. 2. Editoração-história. 3. Edição
Universitária. 4. Produção Científica. I. Título.

CDD - 22.ed. - 070.5

AGRADEÇO, E MUITO,

- ∞ aos queridos Luis David Castiel e Ricardo Ventura Santos, orientadores mais que orientadores;
- ∞ aos bons mais que mestres desta trajetória: Alberto Najar, Celinha Leitão, Cristina Guilam, Duca Leal, Fernando Pires Alves, Gilberto Hochman, Gustavo Matta, Monica Malta, Nísia Trindade Lima, Paulo Buss, Simone Assis, Tatiana Wargas, Willer Marcondes, dentre outros;
- ∞ aos de igual modo *buddies*: no mestrado, na Fiocruz, nas editoras universitárias, na vida (prefiro não nominá-los, são mais que tantos);
- ∞ às minhas entrevistadoras favoritas: Camilla Franke Santos e Vanessa do Amor Divino Pacheco, Luísa de Figueiredo e Gislene Coimbra;
- ∞ aos meus diletos meNinas&Ninos da Editora Fiocruz, a gente (agente) da seara do trabalho, do afeto... e do bem! Ah, e junto com estes, ao povo supimpa da Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação da Fiocruz;
- ∞ às finas flores solidárias, Fernanda Marques, Irene Ernest Dias e Jurema Magalhães;
- ∞ e já que falei das flores, àQuelas&Queles que me ofereceram o seu generoso ‘vai dar certo’;
- ∞ aos ‘não’ recebidos, estes me impulsionaram a outros ‘sim’;
- ∞ aos amigos, amores desta e de toda a vida – eles (vocês) bem sabem que(m) são;
- ∞ ao Rui e à Vitória, ‘peças’ que fazem todo sentido juntas;
- ∞ ao Pai e à Mãe, ouro de mina;
- ∞ e à Trindade, que me dá forças e esperança e amor, para seguir avante!

Un libro es una vida entera, un telar donde los hilos de la vida tejen cada mañana lo que destejerán cuando caiga el sol. Los libros son pan y libertad, el veneno dulce del conocimiento, la alegría temblorosa de las emociones, esperanza donde no la hay, futuro para un presente enfermo.

Almudena Grandes

RESUMO

Nesta dissertação procura-se apresentar questões, hipóteses e formulações acerca da aproximação da 'Saúde' e do 'segmento editorial acadêmico', com enfoque nos livros universitários, no cenário brasileiro. Para tal, traça-se um sintético panorama de ambos os campos, suas confluências e distinções, bem como uma exposição teórico-conceitual baseada em elaborações de Pierre Bourdieu e comentadores acerca de elementos considerados chave para efeitos da investigação. Com base em revisão de literatura e na análise de dados acerca da produção editorial da Editora Fiocruz no período 1994-2012, busca-se compreender, pela perspectiva de ambos os campos (Saúde e Editorial), os avanços e os entraves ao conhecimento produzido e publicado em Saúde Pública/Coletiva, em especial aquele que vem sendo veiculado pela produção da citada Editora.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Pública/Coletiva; Edição Universitária; Produção Científica; Produção Editorial (livros) em Saúde.

LISTA DE SIGLAS

ABEU	⇒	Associação Brasileira das Editoras Universitárias
ABRASCO	⇒	Associação Brasileira de Saúde Coletiva (na origem, 1987, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva)
BIREME	⇒	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (na origem, 1967, Biblioteca Regional de Medicina)
BVS	⇒	Biblioteca Virtual em Saúde
CAPES	⇒	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBL	⇒	Câmara Brasileira do Livro
CEBES	⇒	Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
DECS	⇒	Descritores em Ciências da Saúde
ENSP	⇒	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (da Fiocruz)
EULAC	⇒	Associação de Editorias Universitárias da América Latina e Caribe
FIOCRUZ	⇒	Fundação Oswaldo Cruz
FIPE	⇒	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (da Universidade de São Paulo – USP)
LIBRE	⇒	Liga Brasileira de Editores
MEC	⇒	Ministério da Educação
MINC	⇒	Ministério da Cultura
NESC	⇒	Núcleo(s) de Estudos em Saúde Coletiva
OPAS/OMS	⇒	Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde
PALTEX	⇒	Programa Ampliado de Livros de Textos (da Opas/OMS)
PNLL	⇒	Plano Nacional do Livro e da Leitura
SCIELO	⇒	Scientific Electronic Library Online
SUS	⇒	Sistema Único de Saúde
UFBA	⇒	Universidade Federal da Bahia
UNESP	⇒	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

SUMÁRIO

APRESENTANDO	15
1. PARA INTRODUIZIR: BREVES PANORÂMICAS	21
1.1. Da Saúde Pública/Coletiva e seus <i>modus</i>	21
1.2. Da edição universitária e seus <i>locus</i>	25
1.3. Da Editora Fiocruz	28
1.4. Dos desdobramentos: quais questões, quais objetivos?	33
2. <i>BRINCANDO NOS CAMPOS DO SENHOR</i> : ENTRE A TEORIA E OS TERMOS	39
2.1. Na caixa de ferramentas	41
2.2. Ferramentas no alforje, mãos à obra	45
3. SOBRE O MÉTODO	51
3.1. Entrevistando livros	53
4. SOBRE OS ACHADOS	59
5. QUANDO NÚMEROS INCITAM PALAVRAS	85
CONCLUINDO	99
REFERÊNCIAS	109

APRESENTANDO
UMA ORAÇÃO (IN)SUBORDINADA

Iniciar um texto nem sempre é tarefa das mais fáceis. Não raro, se escrevem e reescrevem palavras para serem atiradas na lixeira tão logo formem algo próximo a uma frase. Momentos em que o tom é uma carquilha, a correta expressão uma aguilhoda, o julgamento do leitor o mais assombroso espectro. Confidência feita, sigamos.

Aliás, ‘sigamos’ é um ótimo exemplo de um dos primeiros impasses: em qual pessoa escrever? A boa prática e etiqueta acadêmicas de há muito recomendam que se use o tom impessoal, uma certa voz passiva. Todavia, até porque os tempos mudam e há que se transmutar com eles, recentemente a mesma academia – e, nesta, especialmente as ciências nominadas sociais – começou a deixar neutralidade na ciência em estado de xeque e – dizem que em particular os antropólogos – passou a admitir o uso da voz dita ativa, preferentemente na primeira pessoa. Deste ponto de vista, estariam então abolidos o ‘O presente trabalho procurará...’ (trabalhos não procuram, quem procura são os sujeitos ou, posto de modo mais contemporâneo, os agentes) e o ‘pretende-se neste trabalho...’ (quem, afinal, pretende senão um sujeito ou um agente, um ser oculto?). Ainda que não antropólogo, gosto da possibilidade da expressão direta, de revelar o ‘lugar de fala’. Então que seja: sigamos, mas, na medida do possível, na primeira pessoa do singular!

Superados tais embaraços e antes de ir adiante, cabe de minha parte uma elucidação de ordem prática: o uso de negrito aqui ficará reservado aos títulos, subtítulos, intertítulos; aspas duplas, quando no corpo do texto, indicarão citações diretas, curtas; o itálico, palavras de origem estrangeira e títulos de publicações; sublinhados, esses foram alforriados junto com a tal voz passiva. As exceções caberão somente nas citações diretas, curtas ou longas, quando e se realizadas pelo autor (ou pela editora que o publica), com únicos e exclusivos propósitos de fidedignidade. Para efeitos de qualquer destaque meu, serão utilizadas apenas as

aspas simples, 'assim'. Caberão ainda aspas simples onde alguma conotação me for permitida, dada a natureza deste trabalho.

Por fim, é de se esperar que uma apresentação em um trabalho desta espécie dê pistas sobre o que virá adiante e agregue, ainda, o percurso que trouxe seu autor até aqui. Permitir-me-ei liquidificar ambas as coisas, não por maior facilidade, mas por estarem amalgamadas numa mesma criatura – que, isto é fato, já se cansou de tanto esvaziar a lixeira de seu *desktop*.



Meu rito de passagem para a Saúde deu-se nos primeiros anos da década de 1980, quando, sem saber onde exatamente estava me embrenhando, ingressei na Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco) – em paralelo, à noite, terminava o curso médio para ingressar, no ano seguinte, na faculdade de Comunicação Social. Um curto tempo em funções de cunho administrativo e logo os afazeres tornaram-se sob a alcunha de assessoria editorial. À época, dentre outros, cabiam-me os malabares de boletins informativos, catálogos de cursos em Saúde (especializações em saúde pública, residências em medicina preventiva, crescentes opções *stricto sensu*) e algo embrionário a um periódico, uma série, denominada *Estudos de Saúde Coletiva*.

Concluída a graduação em jornalismo, a busca passou a ser por outras veredas teórico-práticas, por melhor instrumentalizar a profissão escolhida. Ao mesmo tempo, a Abrasco crescia em objetivos, metas e processos. De seu lado, o movimento sanitário estava a pleno vapor, a reforma sanitária brasileira posta em curso, os embates políticos por mais e melhores dias para a saúde em pauta.

Em concomitância, a Saúde, que teve a inteligência de não se ater apenas ao plano político, procurava se consolidar como área do saber e avançar em geração e acúmulo de conhecimento: os cursos de especialização, mestrado e doutorado começaram a ganhar vulto, territórios, consistência e clientela; uma nova Saúde precisaria certamente de qualificados atores (e autores!). Os seminários e encontros tornaram-se congressos, a banquinha de títulos granjeados de algumas editoras começou a conformar uma livraria. E uma inquietação crescia em nós, na

entidade, na comunidade: como publicar bons e importantes textos em Saúde Pública/Saúde Coletiva sob a forma de livro?

A Abrasco até então tinha encorpado suas iniciativas editoriais, expressas, por exemplo, na série *Saúde&Movimento* (a antiga *Estudos*, supramencionada) – e, bem mais tarde, também na revista *Ciência & Saúde Coletiva* –, mas não era o suficiente para a concretude editorial que a Saúde estava a exigir. Buscar editoras de mercado, coedições, foi por algum tempo o caminho possível. A ideia era simples: a Associação se encarregaria do conteúdo (uma espécie de chancela), a editora da forma e produto. Editoras como Vozes, Campus e, muito especialmente, Hucitec começavam a perceber nos títulos e conteúdos da Saúde um nicho, uma oportunidade de mercado – ainda que aparentemente tímido em números, sólido em perspectivas. Funcionou, por um tempo, não era todavia uma editora para a Saúde, a expressão sob a forma de um projeto editorial da história, das reflexões, dos estudos, do estado da arte do pensamento sanitário em suas já multifacetadas composições e características.

A essa altura os malabares também haviam se tornado múltiplos: uma mão girava os cabíveis ao agora coordenador editorial; a outra, os convenientes ao secretário executivo adjunto. Foi nessa quadra, mais exatamente em 1993, que a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por iniciativa da sua presidência, mediante portaria que nominava um Conselho Editorial, teve criada a sua 'casa' publicadora: a Editora Fiocruz. Em 1994, os primeiros quatro títulos foram publicados. Dois anos e alguns equívocos depois, o vice-presidente de Ensino e Informação da Fiocruz instou o citado coordenador/secretário dos malabares a outra peleja: a então denominada coordenação executiva da Editora.

Primeiro o susto, depois os entraves ordinários para se (re)criar um projeto editorial no setor público, ainda que em instituição privilegiada, se converteram em noites viradas, bibliografias vasculhadas e algumas casas publicadoras universitárias esquadrihadas. Um ponto a favor: uma pequena porém decente equipe disposta que arrimou, pois, se o mote era constituir uma Editora, não faltava um tanto por fazer...

De cada original recebido, de cada conversa com um candidato a autor, de cada chuva de ideias nas reuniões de Conselho Editorial, de cada despacho da Procuradoria Geral, de cada processo de compra de serviços ou produtos, de cada tropeço ou passo ajustado começaram a surgir livros, depois melhores livros, com mais harmônico projeto editorial, apetecíveis capas e papel adequado de miolo, textos burilados em copidesques, revisões (e mais revisões), normalizações acadêmicas... e um catálogo foi se formando, avolumando, maturando, consolidando.

Em paralelo, entendimentos com outras instituições e editoras começaram a render coedições; aproximações com entidades do livro universitário de âmbito nacional (em especial com a Associação Brasileira das Editoras Universitárias, a Abeu) e internacional (como a Associação de Editorias Universitárias da América Latina e Caribe, Eulac) frutificaram em representações e ações em prol do livro acadêmico e da formação de leitores; livros publicados tiveram seu mérito reconhecido em resenhas acadêmicas e até mesmo em prêmios. Se a Saúde se consolidava como área de conhecimento, como campo, era imperativo que uma editora que tornava públicos tais motes tentasse a mesma direção.

De seu lado, a atualidade achou por bem não se deter e encarregou-se de inovar ou repaginar suas provocações. Alguns exemplos da academia: como as agências financiadoras (reguladoras?) da pesquisa hão de pontuar|premiar pesquisadores?; publicar: necessidade ou *status*?; quem vale mais: o livro ou o periódico?; acesso ao conhecimento: livre, aberto ou a quitar? E alguns do mercado: como distribuir livros em um país de dimensões continentais?; prateleiras em livrarias comerciais ‘merecem’ sustentar livros acadêmicos?; o livro seguirá tendo suporte tradicional (papel) ou está mais que na hora de ‘e-letronizá-lo’? Não fossem poucas, também as da realidade brasileira, que trata de não deixar por menos: em dez anos (2000-2010), a população cresceu estimadamente em 30 milhões – paradoxo dos paradoxos, não seria justamente esse o número que se tem para contar de analfabetos funcionais?; nossas escolas, da fundamental à que gradua, têm formado leitores?; nossos políticos, gestores e formadores (*ipsis litteris et verbis*) têm entendido a questão da leitura como uma necessária e urgente política de Estado?; como explicar equidade diante, dentre tantas, as falsas

médias de 1,1 livro lido por habitante/ano ou 0,48 livrarias/município (53% destas concentradas em solos de uma em cinco das regiões do país – a Sudeste, naturalmente)?

Em suma: mais de década e meia de faina frutificada, julgo ter uma trajetória para investigar, compreender e ‘contar’. A história não somente de uma Editora criada e, em alguma medida, maturada, mas das evoluções, dos contextos, dos rumos e do porvir que se deram, se dão e hão de se dar em um segmento que cria, produz, reproduz e tem poder transformador em pessoas e realidades. É justamente da convicção na relevância de uma reflexão sistematizada dessa história, sua conseqüente contextualização no conjunto das iniciativas editoriais contemporâneas de importância para o mercado leitor acadêmico (em especial o da Saúde Coletiva) e nas perspectivas que se desenham para a construção de políticas – incluindo as editoriais – que resultem em publicações técnico-científicas de qualidade sob a forma de livro que vislumbro um foco, um objeto a ser explorado.

Mais que (re)percorrer os itinerários de uma Editora voltada para os temas, produções e preocupações da Saúde, desejo, à luz de reflexões embasadas em pilares teóricos, compreender políticas públicas e políticas editoriais, seus complexos emaranhados e enredos, para o estabelecimento de páginas com conteúdo e conteúdos com sentido.

1. PARA INTRODUIZIR: BREVES PANORÂMICAS

Procurarei aqui tratar de questões mais introdutórias, importantes para este trabalho, no intento de contextualizar o que pretendo seja o ponto de partida desta dissertação. Como registrou José Carlos Rodrigues, um autor que me acompanha desde a graduação, “qualquer corte no tempo é, assim, algo arbitrário” (1999: 17). Confiante em tal assertiva, tratarei de temas vastos, ainda que por questões de foco recortados no tempo e na abrangência, com vistas a trazer para este estudo pontos de interesse ao que é específico da Saúde (Pública/Coletiva) e do segmento editorial, um possível ponto de interseção de ambos e o caminho que os percebo percorrendo em convívio.

1.1. Da Saúde Pública/Coletiva e seus *modus*

Foi o movimento político-social da Saúde, sua história e trajetória, propostas de reforma sanitária e embates que culminaram na criação e implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) e decorrentes desdobramentos. Não obstante a importância desse movimento sanitário brasileiro, que em muito contribuiu para a materialização do ambiente científico na Saúde, o fundamental aqui seria talvez tratar menos de suas ações políticas e bem mais das diligências que deram sedimento às conquistas acadêmicas. Exercício impossível este!

Pensar a academia em Saúde Pública/Coletiva implica, necessariamente, levar em conta a pauta de um movimento que queria abolir tradicionais dicotomias e modelos para estabelecer novas compreensões e perspectivas para a Saúde do ponto de vista multi ou interdisciplinar. O vigor desse movimento, já vivo na década de 1970, se deu justamente da junção das lutas pela democracia – e, dentre outras, suas reivindicações por novas políticas nacionais para a saúde e a ciência e tecnologia – com as arejadas correntes de pensamento que se organizavam nas universidades e centros de pesquisa e do país (Escorel, 1999).

Como muito bem expressa Loyola,

No período de formação e institucionalização, o campo da Saúde Coletiva foi dominado principalmente pelos profissionais (...), que num contexto como o dos anos 70 e 80, ao mesmo tempo extremamente politizado e politicamente reprimido, fizeram da saúde pública um instrumento político de transformação social. Esses profissionais estiveram na liderança do movimento sanitarista que culminou com a criação do SUS e com o reconhecimento da saúde como um direito universal consagrado na Constituição de 1988, movimento que (...) esteve intrinsecamente ligado à formação do campo da Saúde Coletiva. (2008: 253)

Polo agregador de ambas as facetas desse movimento, o político e o acadêmico, a Abrasco, criada em 1979, muito tem a ver com as conquistas que se acumularam na Saúde. Evidentemente, não se constitui na única entidade que contribuiu para tais processos e maturações; outras de expressão, como o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) ou os estaduais Núcleos de Estudos em capilarização dos ideários e acúmulos da Saúde. Contudo, por jamais perder de vista em suas ações e propostas o componente 'pós-graduação', ou seja, o bojo do acadêmico na Saúde, é também da perspectiva dessa entidade que se pode compreender, de sua criação a tempos mais recentes (Lima & Santana, 2006), as trajetórias de uma área certificada (ou reconhecida) pelas próprias agências nacionais de fomento (e regulação) acadêmicas: a Saúde Coletiva teve, em tempos relativamente recentes, 1993, sua autonomização na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) como uma das integrantes da grande área Ciências da Saúde (Loyola, 2008: 269).

É farta a literatura que inculca a Saúde Coletiva assentada sobre a inter ou transdisciplinaridade, agregando contribuições de muitas outras áreas de conhecimento, tendo como subáreas fundantes: a Epidemiologia; o Planejamento e Gestão (e Políticas) em Saúde; as Ciências Sociais e Humanas em Saúde (dentre muitos outros, ver Barros, 2006; Camargo Jr *et al.*, 2010; Carvalho *et al.*, 2007; Viacava, 2010). Ademais, há que considerar que um conceito ampliado de saúde norteia a área. Tal conceito, estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS)

pelos idos da década de 1940, preconizava saúde não apenas como a ausência de doença, mas como a “situação de perfeito bem-estar físico, mental e social”. Esse mesmo conceito veio sendo depurado com o tempo (Nunes, 1994) e, mais contemporânea e realisticamente, pode ser compreendido, dentre outros modos, como “um estado de razoável harmonia entre o sujeito e a sua própria realidade” (Segre & Ferraz, 1997: 542). Isto, noutras palavras, implica redimensionar a área para além da circunscrição do biológico e estender investigações, políticas e práticas da saúde para as áreas fundantes supracitadas e outras, como ambiente, nutrição, violências...

Uma síntese está posta por Minayo, quando relata que, em tempos mais recentes (2008-2009), estudos avaliativos se deram conta de que

a área evoluiu buscando contextualizar as mudanças dentro do quadro de desenvolvimento da ciência e tecnologia no país e no mundo. Como novidade, buscamos dar realce à contribuição da pós-graduação para o aprimoramento do SUS. (...) O empenho incontestado de uma diversidade de atores e coletivos para o aprimoramento da pós-graduação *transformou-a na parte mais exitosa do conjunto do sistema educacional do país, sendo considerada de forma unânime como a de maior e de melhor qualidade na América Latina.* (2010a: 1.899)

Se por um lado a pós-graduação conquistou espaços e demarcou terrenos, trazendo para a Saúde Coletiva um estado de maturidade presumível na produção de pesquisas e de insumos (no sentido amplo, o do tangível e o do intangível), por outro a necessidade do SUS de contar com profissionais cada vez mais e melhor capacitados conduziu, no decorrer destes tempos, essa mesma área a novas rotas e hoje, em muitas localidades do País, prosperam salas de aula devotadas à graduação na área. Por serem tão recentes tais cursos, é natural que ainda se travem debates sobre sua conformação. Contudo, controverso ou não, o fato é que

As discussões travadas no processo de gestação dessa graduação incluem um leque de questões ainda não equacionadas, que vão desde o modelo formador e a designação do título a ser conferido ao graduado, até o mercado. Entretanto, independente da adesão à

proposta de uma graduação na área, parece haver consenso quanto a ser imprescindível formar profissionais orientados por uma concepção interdisciplinar, que sem negligenciar elementos do modelo biomédico o articule com conhecimentos oriundos do domínio das ciências humanas e sociais, deslocando-se assim de um foco eminentemente individual para uma esfera coletiva. (Bosi & Paim, 2009)

É notável o quanto a área, em poucas décadas, cresceu em números, espaços e gente e, em contrapeso, considerável ainda o quanto há por fazer e por enfrentar de desafios no setor Saúde – que não raro avança na contramão de interesses e pressupostos outros. E isto vem sendo expresso, para além de outros espaços e fóruns, nos gigantescos congressos da área que hoje mobilizam milhares de pessoas, dentre convidados, participantes e, assim digamos, *staffs*.

Ou seja, nos âmbitos interno e externo (no plano das instituições e na ponta, no atendimento às populações), nas três esferas de governo e na própria academia o movimento da Saúde deverá permanecer na vanguarda de princípios – dentre eles e, quiçá especialmente, os do SUS, universalidade, equidade e integralidade da atenção à saúde –, zelando pelo ideário de descentralização, regionalização, hierarquização e participação social e, da perspectiva destas, pelo estado de direito do povo brasileiro. Em suma: pela inegável conquista que tem sido a materialização de uma determinação assumida pelo Congresso Nacional, em 1988, na chamada Constituição cidadã, de reputar a Saúde como um “direito de todos e um dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (Brasil, 1988).

Entretanto, há que refletir também sobre a rosa dos ventos da difusão e circulação de toda essa produção intelectual, científica e política, que necessariamente tem saído – e assim deve ser – do plano das ideias para se conformar em matéria palpável de estudo, de leitura, de fomento à reflexão, consideração, novas elaborações e outras práticas. E é justamente nesse sentido que se faz mister aqui avançar, no deciframento possível de outro movimento, o

editorial, que tem posto diante dos olhos da academia os seus temas e dilemas, dentre estes os da Saúde. É o que me proponho realizar na sequência.

1.2. Da edição universitária e seus *locus*

Se não o é para a Saúde, para o segmento editorial é possível um recorte bem mais seco, portanto explícito: o da edição universitária. Assim, o ponto de partida para efeitos deste estudo será o dos livros publicados sob a égide do acadêmico, ou, segundo a denominação da Câmara Brasileira do Livro (CBL), a categoria “livros científicos técnicos e profissionais”. Segundo elucidam Craveiro, Machado e Ortellado, a categoria é adotada pela Câmara

para dividir a totalidade da produção do setor livreiro. Segundo a CBL, o setor de livros científicos, técnicos e profissionais responde por cerca de 1/4 dos títulos editados no Brasil, mas por apenas 7% dos exemplares. Apesar disso, esse setor responde por 20% do faturamento do mercado editorial. (2008: 11)

Tais cifras (1/4 *versus* 7%) podem sugerir uma aparente contradição, se não forem levadas em conta as enormes tiragens de livros didáticos impressos para atender o principal comprador de livros no Brasil, o próprio governo. Feito o esclarecimento, importa mesmo é reparar no outro dado, os 20%. Segundo os estudos publicados pela mesma CBL, esse é o mercado em permanente crescimento no setor livreiro – o que se explica graças ao crescimento da população universitária e às exigências de mercado quanto à qualificação máxima dos profissionais técnicos e das carreiras de nível superior.

Do ponto de vista histórico, a edição universitária brasileira teve encetada a sua institucionalização nos princípios da década de 1960. Ainda que haja quem considere como pioneira a, nos idos de 1995, denominada Imprensa Universitária da Universidade Federal do Recife, as primeiras editoras universitárias, com constituição e perfil mais próximos às da atualidade, foram, respectivamente, a da Universidade de Brasília, 1961, e a da Universidade de São Paulo, 1962.

A atuação do movimento editorial universitário, especialmente determinada por marcos históricos como a criação da Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU), do Programa de Estímulo à Editoração do Trabalho Intelectual das IES Federais, da Secretaria de Ensino Superior do MEC (PROED) e do Programa Interuniversitário para a Distribuição do Livro (PIDL), foi decisiva para a constituição de conselhos editoriais que vieram desfazer a imagem da editora universitária como gráfica, reprodutora de obras paroquiais ou de apadrinhados da administração. O PROED, desenvolvido entre 1981 e 1988 pelo Ministério da Educação, foi decisivo, tanto pela influência que exerceu na política editorial quanto pelo fomento à publicação de docentes, especialmente nas instituições em condições de implementar projetos editoriais. (Bufrem, 2011: 133-134)

Criada em setembro de 1987, a Abeu reúne hoje mais de cem editoras universitárias públicas e privadas em seu quadro associativo. Desde sua criação, as preocupações da entidade têm sido, dentre muitas, com a profissionalização do setor e também, senão principalmente, com a difusão de sua produção editorial. Para tal, dentre suas várias iniciativas, criou, praticamente em paralelo a si própria, o Programa Interuniversitário de Distribuição do Livro, o PIDL, através do qual as editoras filiadas à entidade distribuem entre si, via livrarias dos *campi* universitários, os livros umas das outras (ver, dentre os poucos estudos que se podem encontrar sobre este tema, Bufrem, 2001; Guedes & Pereira, 2000; Marques Neto, 2000).

O fato é que a edição universitária vem num crescente, sendo atualmente responsável por aproximadamente 10% do total da produção editorial brasileira. Sem a pretensão de competir com o chamado mercado editorial privado, o objetivo é difundir títulos caros à investigação acadêmica mas que talvez não encontrassem assento em casas publicadoras de mercado. No entanto, sem abrir mão da qualidade gráfica e/ou de conteúdo, constituindo portanto uma importante contribuição ao lastro editorial do país.

Um dos mais dificultosos e caros entraves para o setor livreiro, e neste incluído o universitário, permanece sendo o da distribuição: o país é imenso, e o

transporte interestadual deficitário, e os preços que envolvem esses serviços de logística abusivos, e o número de bibliotecas insuficiente, e o quantil de livrarias irrisório além de concentrado, e o cômputo de leitores plenos baixíssimo, e as tiragens acanhadas, e o livro caro... e um rosário de mais e mais adversidades.

E aqui penso caber uma digressão, acerca dos espaços de leitura e, também, de formação de leitores deste território, dentre várias já empreendidas:, graças à ação conjunta de dois ministérios durante o governo Lula, MEC e MinC, o inicialmente projeto Viva Leitura – depois transmutado em Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) – buscou implantar bibliotecas e pontos de leitura públicos em todo o país. Iniciativa louvável, sofreu mudanças no início do governo Dilma e agora, muito recentemente, retomou sua original direção – melhor, secretaria executiva. Resta estimar que o Plano recobre os rumos do estabelecimento de uma efetiva política de Estado para o setor, com vistas a garantir o que preconiza, de pronto, em seus objetivos e metas:

assegurar e democratizar o acesso à leitura e ao livro a toda a sociedade, com base na compreensão de que a leitura e a escrita são instrumentos indispensáveis na época contemporânea para que o ser humano possa desenvolver plenamente suas capacidades, seja individual ou coletivamente. (PNLL, 2013)

De toda forma, ainda que soe a retórica, não custa aqui frisar: o livro permanece sendo uma poderosa ferramenta de divulgação do saber, da cultura e, por que não dizer, uma salutar fonte de entretenimento. Diante de tantos contrastes, das mais diversas ordens, é de se supor que o livro universitário esteja, como a própria, fadado aos que podem, ainda que desejado pelos que gostariam de poder. Para minimizar desigualdades, está na ordem do dia, dentre outras iniciativas, clamar pelo acesso livre, virtual, gratuito. Restam sérias dúvidas sobre se tirar um livro do papel para pô-lo num ecrã *per se* resolva tantas pendengas que involucram o tema.

Tais questões, aliadas às postas particularmente pelos ditames acadêmicos e, aqui, expressamente os da Saúde (Pública e/ou Coletiva), são o que me motivam no presente trabalho. Sem dúvida, será um desafio compreender esse emaranhado de coisas em contraponto à materialização do ambiente científico dado na Saúde

Coletiva, considerando especialmente a experiência de uma casa publicadora para este, a Editora Fiocruz.

1.3. Da Editora Fiocruz

Em junho de 1992, uma portaria da Presidência da Fundação Oswaldo Cruz constituía uma comissão para apresentar proposta de programação editorial. Composta por cinco membros da casa, a comissão teria um prazo de sessenta dias para submetê-la ao Conselho Deliberativo da instituição (Fiocruz, 1992). Este é o primeiro registro encontrado sobre o que viria a se tornar a Editora Fiocruz.

Menos de um ano depois, outra notação: uma nova portaria presidencial estabelecendo o Conselho Editorial da Editora da [sic] Fiocruz, contando com dez membros, seis dos quadros da entidade e quatro de domínios externos (Fiocruz, 1993). O mais interessante: anexo à portaria, um documento de dez páginas, contendo um robusto delineamento intitulado Projeto de Criação da Editora da Fundação Oswaldo Cruz. Para além de temas como infraestrutura, Conselho e fundo editoriais, operacionalização, comercialização e difusão, incluindo ainda um cronograma inicial, tal documento antecipa questões de lucidez e atualidade dignas de nota:

A atividade científica contempla várias formas de divulgação de seus resultados, destacando-se a publicação de artigos, teses, dissertações e livros. Mais recentemente, temos presenciado o surgimento de outras formas de comunicação como, por exemplo, CDs, registros audiovisuais e correio eletrônico, dentre outras. (...) Entretanto, falta à Fiocruz uma política editorial que vise profissionalizar e melhor orientar sua produção, aproximando-a ainda mais às necessidades do mundo científico e da sociedade em geral. Faz-se também necessário implantar uma instância capaz de implementar esta política em suas várias dimensões. (...) A produção editorial livreira no campo da saúde é, ainda, fragmentada, carecendo de um direcionamento claro. (...) Será prioridade da Editora da FIOCRUZ estimular e apoiar a publicação de livros de pesquisadores ligados à Fiocruz sem, com isso, restringir a

publicação de trabalhos de interesse submetidos por autores de outras instituições. (...) A avaliação dos originais será feita pelo Conselho Editorial no menor tempo possível, sendo prevista a contratação de consultores *ad hoc* para avaliação de textos sobre os quais o Conselho não se julgue competente para avaliar. Preferencialmente, trabalhos de autores da Fiocruz serão avaliados por pesquisadores da área, porém não vinculados à Fiocruz. (...) Conhecer detalhadamente a produção livreira nacional nas áreas em que pretendemos publicar será um importante passo para a atuação profissional da Editora da Fiocruz. (...) É necessário profissionalizar a relação da Editora da Fiocruz com sua clientela. Isto é, os pesquisadores da área da saúde e biológica devem sentir-se participantes da Editora da FIOCRUZ. Portanto, é necessário conhecê-los em suas dimensões sociais e científicas, bem como captar suas necessidades e aspirações, para “acertar” na edição dos livros a serem produzidos... (Fiocruz, c. 1993)

Após essas duas portarias da década de 1990, outros registros aparecerão na década seguinte, reconfigurando o Conselho Editorial da Editora. No último, duas novidades: a instauração de mandato quadrienal para a instância deliberativa, o Conselho Editorial, e a atribuição a este de assentar e acompanhar a implementação de um Plano de Atividades de igual período para a Editora Fiocruz (Fiocruz, 2005, 2009).

A Editora Fiocruz foi, assim, fundada em 1993, diante da necessidade de tornar público e ampliar o acesso ao conhecimento científico produzido nas áreas da saúde. Desde os seus primeiros lançamentos, 1994, sempre teve como objetivo difundir livros em saúde pública, ciências biológicas e biomédicas, pesquisa clínica, ciências sociais e humanas em saúde.

Naquela época, a Editora não passava de três diminutas salas no térreo de um dos prédios da instituição: duas para a consecução das atividades, uma para o estoque. Ali manejavam o cotidiano uma secretária administradora, um estoquista e auxiliar de assuntos gerais, um revisor e um coordenador executivo, sorteando entre si vez para acesso aos dois únicos computadores disponíveis. Do fazer editorial e das peculiaridades do livro acadêmico foram aprendendo aos poucos – e no susto, talvez. Os tempos foram, lento e lento, trazendo novos profissionais, instalação,

infraestrutura. Nos dias atuais, além de adequadas e remodeladas instalações, mais e melhores equipamentos, conta com, quase que por ordem de chegada: os mesmos secretária-administradora (e seu arrimador) e estoquista (com seus dois auxiliares), o revisor de origem e mais quatro buriladoras de texto, promotora comercial, divulgadora (que leva os livros a eventos) e seu mais novo imediato, digitadora, dois programadores visuais, assistente das editorias, normalizadora, livreiro, tecnólogo da informação, assessora de imprensa e, finalmente, produtor gráfico-editorial. Ah, sim, um renomeado editor executivo... e a Zefa. Três dos listados profissionais acabaram de se somar à equipe, que tem sua a menor parte integrando o quadro permanente da instituição.

A Editora tem *status* de projeto especial da presidência da Fiocruz e sua direção está a cargo de quem exerce a vice-presidência das áreas de ensino e informação, que, por sua vez, delega as funções de editoria, tanto a executiva quanto a científica. Ocupam este último posto dois pesquisadores da instituição. Pela distinção das atribuições, tais editores também integram o Conselho Editorial.

Em praticamente duas décadas de publicação, a Editora Fiocruz logrou compor um catálogo de obras que disseminam não só a produção acadêmica da Fiocruz, mas qualquer estudo de importância e impacto para a saúde em âmbitos nacional e internacional. A submissão de originais deve seguir o seguinte protocolo, publicado na página *web* da Editora, que define, de antemão, condições, prazos, normas:

- 1) Encaminhar três cópias impressas e encadernadas (espiral) dos originais, previamente tratados para o formato de livro e não de tese ou relatório, conforme determina o nosso Conselho Editorial. Este tratamento visa a transformar resultados de pesquisa em literatura especializada, em divulgação de ciência, saúde e tecnologia, por meio da mudança de léxico e discurso, o que requer ampla revisão. Deve-se evitar a escrita acadêmica, necessária à tese, mas dispensável num livro, para o qual também é importante reduzir o número de citações, gráficos e tabelas excessivas;
- 2) Uma das cópias deve estar identificada, com nome de autor(es) ou organizador(es), para registro de entrada e guarda na Editora, acompanhada de *curriculum vitae* (resumido) e carta de

apresentação. Esta deve explicitar de que trata o livro, com que área(s) do conhecimento dialoga/interage, qual a contribuição que traz à(s) mesma(s), qual o público pretendido etc. As outras duas cópias, não identificadas, seguem para os pareceristas *ad hoc*, que podem ser indicados pelos autores/organizadores, desde que sejam em número maior que dois, para que se possa escolher, e esclarecido o fato de que a Editora se reserva o direito de não consultar nenhum dos nomes indicados.

3) O processo de avaliação deverá ser concluído no prazo máximo de 6 (seis) meses, de acordo com as condições e andamento de cada etapa (...). No caso de approve, autor(es) ou organizador(es) tem(têm) também o prazo de 6 (seis) meses para considerar as observações dos pareceristas, proceder às modificações necessárias e remeter a versão definitiva à Editora;

4) Encaminhar a versão definitiva impressa e encadernada (espiral) em uma via e em meio eletrônico (CD, em Winword). Obedecendo à pauta de produção, o processo editorial terá início em época oportuna, de acordo com o cronograma de atividades da equipe. Sempre será respeitada a ordem de chegada, de modo a evitar prejuízos a todos os profissionais envolvidos no processo;

5) Sobre as imagens, se houver: (...) 5.3) Todas as imagens devem incluir autoria e fonte; 5.4) Fotografias e ilustrações devem vir acompanhadas de autorização para reprodução assinada por seu autor e/ou responsável pelo acervo de que faz parte;

6) A Editora deseja e incentiva a participação de autor(es) ou organizador(es) em todas as etapas do processo editorial (...);

7) É pactuado um contrato para a edição do livro entre autor(es) ou organizador(es) e Editora. Por este instrumento, autor(es) ou organizador(es) recebe(m) da Editora, a título de pagamento de direitos autorais, um montante correspondente a 10% da tiragem da obra. (...) O contrato tem validade de 5 (cinco) anos e pode ser renovado, se houver interesse de ambas as partes. (Editora Fiocruz, 2013)

Segue-se, na mesma página, um esclarecimento sobre quais são as etapas do processo editorial ao qual são submetidos os originais para se tornarem livro, bem como algumas enxutas normas para publicação, incluindo referenciamento

bibliográfico. Ademais, é também possível encontrar, no mesmo sítio, as Orientações para Coletâneas, uma forma que a Editora encontrou para minimizar dúvidas de organizadores e autores quanto aos critérios utilizados para julgamento e publicação de obras coletivas.

Recebem atenção especial da Editora Fiocruz assuntos que estão na pauta de prioridades do Ministério da Saúde e agregam saber à saúde pública/coletiva. Diante da necessidade de textos que tenham interface com outras áreas do conhecimento, a Editora, além do denominado livro de balcão, veicula sua produção também por meio de coleções temáticas. Tem como política de traduções priorizar obras de importância em saúde que não tenham similar em português e, em contrapartida, dispõe de obras em língua espanhola e bilíngues (português-inglês ou espanhol ou francês), com o objetivo de difundir em países latino-americanos e em outras regiões do mundo a produção científica brasileira em saúde pública/coletiva e áreas afins.

A Editora Fiocruz integra a Abeu e a Eulac, certa de que a vida associativa em muito pode contribuir para o encurtamento de distâncias e fronteiras no avanço do conhecimento. Em conjunto com a Liga Brasileira de Editoras (Libre), participou proativamente da iniciativa Bibliodiversidade, por meio da qual a Livraria da Travessa, no centro do Rio de Janeiro, abre espaço privilegiado em suas estantes para livros de editoras universitárias e independentes. Com o objetivo de ampliar a difusão e o acesso à produção técnico-científica publicada sob a forma de livro, a Editora compõe, com as Editoras da Ufba e Unesp e a Bireme/Opas/OMS, o grupo de trabalho que elaborou e desenvolve o recente projeto SciELO Livros. O portal livros.scielo.org foi lançado em março de 2012 e, desde então, outras editoras universitárias já aderiram à iniciativa. A Editora Fiocruz já contabiliza títulos em acesso livre no portal, outros entrarão na modalidade 'acesso controlado' a preços reduzidos.

Mantém, ainda, diversas parcerias institucionais, como, dentre outras, o programa Ciência & Letras, com o Canal Saúde; o selo Fiocruz Vídeo, com a VideoSaúde Distribuidora; o Café Saúde & Letras, com a Fiocruz Pernambuco; o Espaço Saúde & Letras, marca já consagrada nos Congressos da Abrasco. Conta com mais de trinta livrarias e distribuidoras na difusão de seus títulos, em todo o

território nacional, além de um representante para vendas internacionais. Com o intuito de ampliar a difusão de seus títulos, participa anualmente de dezenas de eventos de ciência, saúde e cultura, inclusive bienais e feiras do livro, no Brasil e no exterior, com estande próprio ou em espaços coletivos (neste caso, principalmente, em parceria com a Abeu).

Contemplados esses três eixos norteadores (Saúde Pública/Coletiva, edição universitária e Editora Fiocruz), cabe-me então, agora, explicitar qual a direção que este trabalho tomará, o que realmente está ou estará – antecipando Pierre Bourdieu – em jogo, o porvir desta investigação.

1.4. Dos desdobramentos: quais questões, quais objetivos?

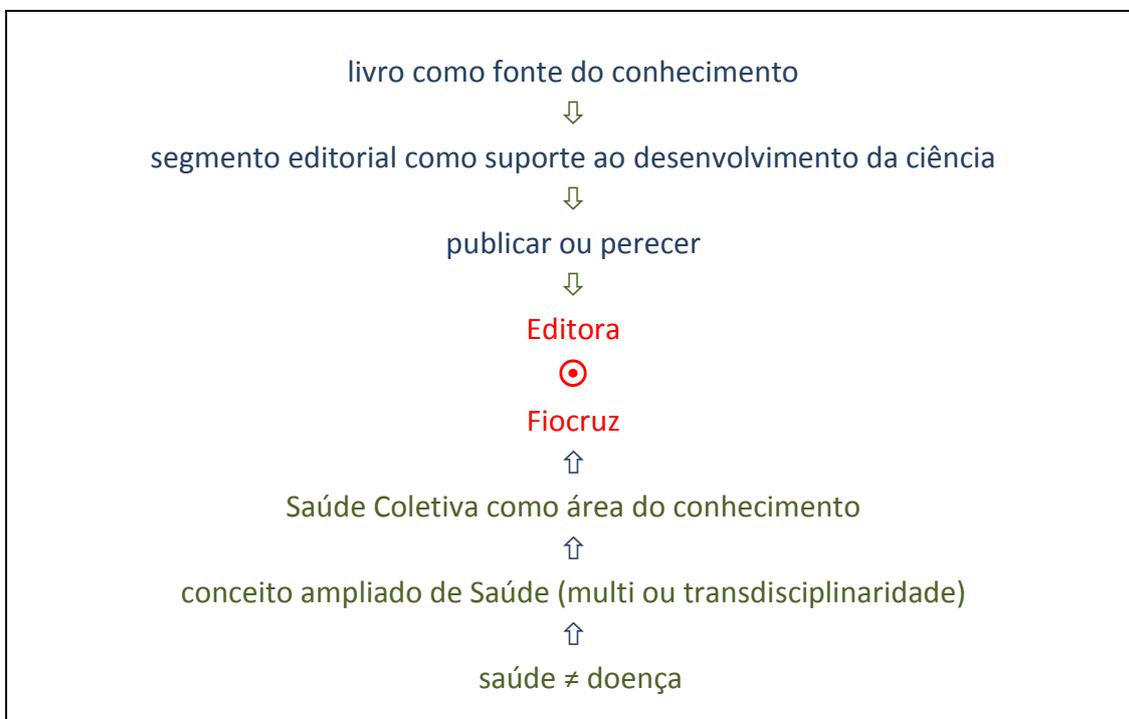
Partindo de marcos temporais relativamente próximos – os movimentos que lograram constituir uma área de conhecimento e a prática editorial acadêmica no Brasil –, a ideia é traçar um panorama da Saúde, que foi se adensando em produção de saber, necessitando, crescentemente, do devido suporte editorial (para efeitos deste estudo, o livro) para a circulação de ideias e debates que culminaram em sua maturação e consolidação acadêmica. De seu lado, o segmento editorial universitário também se avolumou em técnicas e conquistas. O livro acadêmico “deixou de ser chato”, aprimorou seus processos, qualificou seus textos, recriou seus projetos gráficos. Ganhou visibilidade, prateleiras, prêmios e... mercado!

Contudo, para ambas as áreas (a da Saúde e a da edição universitária), novos e permanentes desafios vêm se colocando, alguns em comum. E aqui cabe citar talvez o maior de todos: as exigências avaliativas que urgem pela publicação de resultados de investigação (*publish or perish*) em troca de pontuações, premiações, financiamentos, salários...

Um dos bons mestres com os quais tenho tido o privilégio de aprender sobre os meandros acadêmicos me facilitou a vida e o sono ao me indicar, talvez não exatamente nestas palavras, algo bem próximo a “faça um quadro-síntese

sobre o que você já sabe, isso vai ajudar a entender o que precisa realmente saber”.
Eis, então, o quadro:

Figura 1. Quadro-síntese

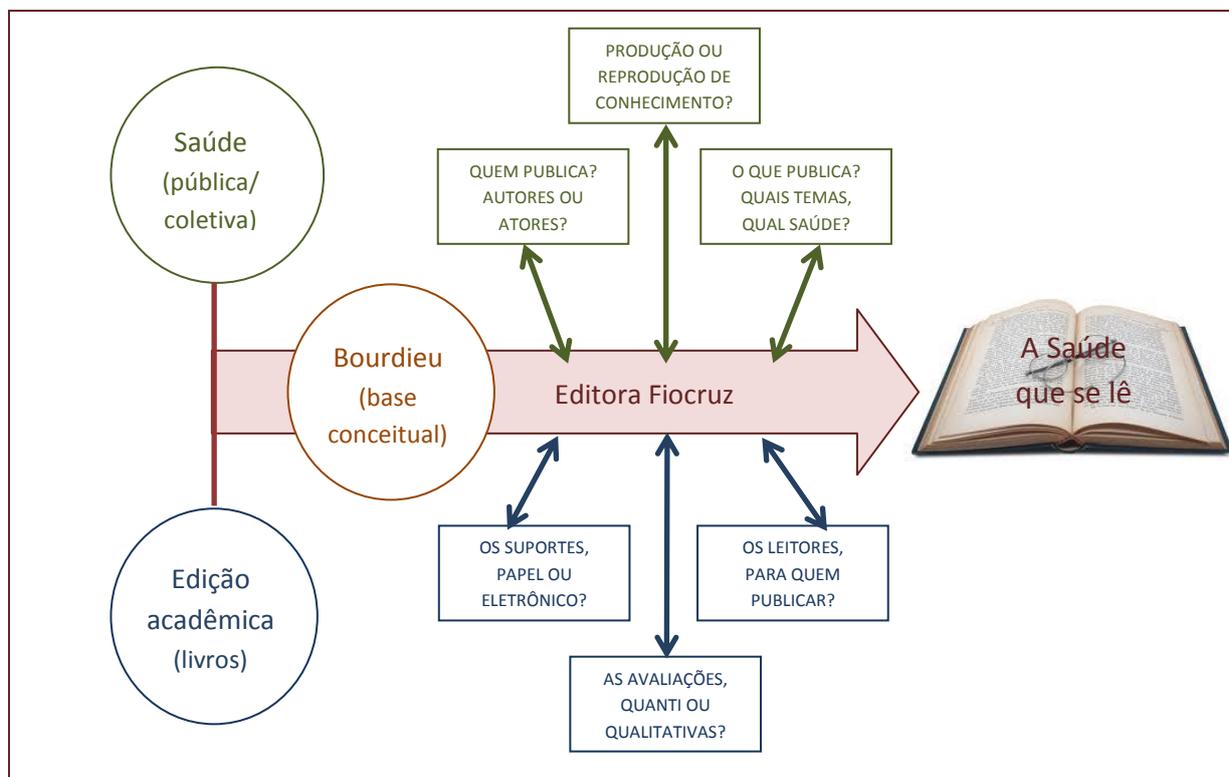


Creio que este diagrama, de fácil leitura, sintetiza *grosso modo* o que até aqui foi descrito: as evoluções de duas áreas de saber e práticas que apontam, respectivamente para a criação e a trajetória de uma editora, a da Fiocruz. O que ‘preciso realmente saber’ está simbolicamente representado no ponto central (⊙) do esquema e, ainda, manifesto também no mapa conceitual elaborado para uma das disciplinas do curso de mestrado, que reproduzo a seguir (Figura 2). Tal mapa, mesmo que não tão rico graficamente, talvez seja uma boa expressão dos caminhos que me permitirei seguir, à luz das formulações teóricas de Pierre Bourdieu e comentadores ou debatedores, sobre os quais versarei em capítulo adiante.

É a partir de uma percepção empírica sobre a ‘aproximação’ Saúde (pública/coletiva) e segmento editorial universitário e, mais especificamente, de uma editora que subsidia com livros essa mesma Saúde, a Editora Fiocruz, que percebo uma oportunidade – ou necessidade, minimamente minha, ainda que creia firmemente na pertinência deste estudo para outros círculos – de investigação.

Dentre as várias possibilidades de olhar tal Editora e buscar perceber nela o que há de episteme a ser extraída nesta pesquisa, percebo que ela, em si, é o próprio objeto: sua trajetória, seus autores, seus temas... seus livros!

Figura 2. Mapa conceitual



Pois então, em decorrência do já exposto, julgo poder apresentar os elementos que venho formulando e reconfigurando no desenrolar de dois anos de preparação desta pesquisa.

De acordo com a boa prática acadêmica, devo partir do que me inquieta, cientificamente, e expressar isso em uma pergunta, de preferência de simples formulação, mas de enunciada complexidade nas buscas de respostas e nas concepções que dela advirão. Sendo assim, partindo do meu objeto de pesquisa, a Editora Fiocruz, aqui está minha questão inicial:

⇒ É possível uma editora para a Saúde?

Das muitas tentativas feitas para reformular tal pergunta, impregná-la com ares de maior complexidade (sim, eu sei, a complexidade não deve estar

necessariamente na pergunta, mas a possibilidade é tentadora) ou tentar dar uma ênfase maior ao que me inquieta, uma me parece merecer aqui constar:

⇒ Qual a Saúde que se lê?

Quando pergunto sobre uma Saúde que se lê, reporto-me ao que tem sido impresso nas páginas dos livros da Editora Fiocruz (que são adotados, citados e referidos, alimentam aulas, fomentam discussões, inspiram políticas e práticas), ao que tem sido expresso como contribuição de uma área do conhecimento ao avanço e perpetuação do saber... Se, outrossim, admito que tal pergunta envolve necessariamente o reconhecimento dos pares e público leitor, me transporto a uma inquietação muito maior, que não se expressa necessariamente em mérito, mas no quanto estará a Saúde (e seus autores) preocupada em de fato contribuir para que seus livros sejam espelho do melhor que se pode expressar no saber que produz.

Chegou o momento de apresentar qual hipótese – ou pressuposto – dá sustento à(s) questão(ões) que trago. Igualmente simples, ainda que em si ela não seja uma só, decerto envolve uma complexidade expressa por alguns críticos do contexto e atuais costumes acadêmicos, nem sempre condizentes com o que sempre foi caro à ciência: a maturação das ideias, a solidez do pensamento, o exercício da boa reflexão antes de qualquer enunciação.

Ao ponto, sem mais delongas: trata-se da dialética materialização do ambiente científico (com suporte nas publicações, em particular os livros) *versus* movimento de pletora e a necessária domesticação da abundância. Em outras palavras, o que a Editora Fiocruz publica, os temas sobre os quais tem se debruçado, o que dispõe para seu leitor-alvo, o alcance que seus livros têm tido *versus* o devido e preciso gerenciamento de conteúdos no que seleciona, trata, edita e oferta ao mercado leitor. Por exemplo, um olhar sobre o catálogo da Editora certamente expressa os *modus vivendi et operandi* da Saúde, dado que é para esta área que se dispõe a operar, correto?

É essa a hipótese, e me permito recorrer a Lindsay Waters, editor da prestigiosa Harvard University Press, para que me auxilie a melhor expressá-la:

Em nosso momento de alto escolasticismo, cada vez menos escolas vão tolerar esse tipo de independência em relação às normas cada vez mais rígidas para as publicações. É como se as escolas estivessem dizendo implicitamente que, para conseguir a estabilidade, teremos de provar que não somos mentes independentes, que nos submetemos às regras e aos objetivos da alta produtividade. Mas uma coisa a fazer é exercer pressão em relação aos livros, exigindo que tenham mais conteúdo antes de serem aceitos e publicados. Estamos cansados dos hambúrgueres do McDonald's. Queremos algo que leve mais tempo para cozinhar. (2006: 87-88)

Mais que de um aparente desabafo ou um desafio a enfrentar com seriedade e ponderação, julgo estar diante da constatação de que nem tudo pode estar indo tão bem assim no mundo dos livros, seus autores e instituições acadêmicos. Na Saúde, ousou crer, certamente o mesmo pode estar ocorrendo. E isso também carece de ser melhor investigado.

Finalmente, os objetivos (geral e específicos, amalgamados), que se atêm basicamente a:

- ⇒ através da análise da produção da Editora Fiocruz e no contexto da consolidação da pós-graduação em Saúde (Pública/Coletiva) no Brasil, compreender os movimentos de produção, publicação e acesso ao conhecimento no campo, na perspectiva de contribuir para que o fazer editorial acadêmico e seus livros participem mais efetivamente dos vivos debates que mobilizam e circunscrevem a área.

São esses, de modo geral, os cenários sobre os quais almejo me deter: na busca por atinar com as questões que estão no ementário da academia e de suas casas publicadoras, a esperança é a de que a Saúde expressa nos livros de uma editora, a da Fiocruz, possa também contribuir para tal cognição.

2. **BRINCANDO NOS CAMPOS DO SENHOR: ENTRE A TEORIA E OS TERMOS**

Buscarei aqui reunir conceitos-chave elaborados pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, bem como as análises e aplicações de tais concepções a que alguns autores procedem, para ousar uma aproximação com o que, por ora, chamarei de segmento editorial acadêmico (ou universitário, como, conforme já assinalado, é mais comumente conhecido esse setor no Brasil). Considerando a máxima segundo a qual “conceitos são ferramentas”, buscarei fazer uso destes, na tentativa de me aproximar dos fenômenos que se passam no ambiente do livro técnico-científico para melhor clarificá-los, quiçá compreendê-los.

O desejo por tal exercício nasce da leitura de um trecho do próprio Bourdieu, que afiança:

Os conceitos podem – e, em certa medida, devem – permanecer abertos, provisórios, o que não quer dizer vagos, aproximativos ou confusos: toda verdadeira reflexão sobre a prática científica atesta que essa *abertura* dos conceitos, que lhe dá um caráter “sugestivo”, logo, uma capacidade de produzir efeitos científicos (...) é própria de qualquer pensamento científico que esteja se formando (...). A contribuição de um pesquisador pode consistir, em mais de um caso, em atrair a atenção para um problema, para alguma coisa que não era vista porque evidente demais, clara demais, porque, como dizemos em francês, “saltava aos olhos”. (1990: 56-57)

Longe da pretensão de afirmar que jamais outrem tenha se debruçado sobre o tema aqui proposto, o que me motiva a este experimento é a apropriação possível das inspirações sociológicas de Bourdieu para ousar aplicá-las a eventos que se passam no cotidiano da academia – na qual há muito pouco adentrei, na esperança de a ela vir a pertencer com outro *status* –, mais exatamente no ambiente editorial desta – ao qual há significativo tempo dedico minha lida cotidiana, justamente no segmento em que me proponho a manejar as ferramentas que tomarei por empréstimo.

A tarefa, nada simples, é também arriscada, dado que investigador e objeto se confundem (ou fundem), numa espécie de amálgama. Contudo, valho-me dos ensinamentos de Peter Berger sobre o ser sociólogo e seu ofício, quando frisa que este “é uma pessoa que se ocupa de compreender a sociedade de uma maneira disciplinada. Essa atividade tem uma natureza científica (...) mas seu interesse dominante será o mundo dos homens, suas instituições, sua história, suas paixões” (1986: 26-27). Contudo, é também o mesmo autor quem adverte que o sociólogo “vive na sociedade, tanto em seu trabalho como fora dele. Sua própria vida, invariavelmente, converte-se em parte de seu campo de estudo” (1986: 31). Aliás, convém assinalar, tal advertência é bem análoga à de Bourdieu quando preconiza:

Essa tomada de posição objetivante (que se pode aplicar ao próprio sujeito quando ele toma por objeto, como o fiz no *Homo academicus*, o mesmo campo do qual ele faz parte) está implicada no fato de situar esses pontos de vista no espaço das tomadas de posição e relacioná-los às posições correspondentes, isto é, ao mesmo tempo destituí-los de sua pretensão “absolutista” à objetividade (ligada à ilusão da ausência do ponto de vista) e também de explicá-los, dar-lhes razão, torná-los compreensíveis, inteligíveis. (2004: 45)

É de se supor, assim, que tal reflexão imponha um viés histórico, posto que o estado de coisas sobre as quais me disponho a ponderar não é espontâneo; vem do acúmulo já ligeiramente referido e é o mesmo que, de algum modo, me traz até aqui. O próprio Bourdieu tem como lastro essa porção histórica aplicada aos seus objetos de elaboração teórica, noutras palavras, uma sociologia historicizante. Loïc Wacquant o cita, quando afiança:

O que é instituído pela história só pode ser restituído por ela: portanto, só a sociologia histórica oferece ao sociólogo, agente histórico e produtor de saber, “os instrumentos de uma verdadeira tomada de consciência ou, melhor, de um verdadeiro *domínio de si*”. O pensamento livre, sustenta Bourdieu, tem este preço: não pode “ser conquistado senão por uma anamnese histórica capaz de desvelar tudo o que, no pensamento, é o produto esquecido do trabalho histórico”. (1997: 36)

Portanto, cabe-me enfim explicitar os conceitos de Pierre Bourdieu que buscarei congregar neste exercício. São estes, fundamentalmente, os seguintes: espaço social, campo e capital. Outras duas elaborações teóricas do sociólogo, *habitus* e violência simbólica, não poderão estar daqui excluídas, dado que o próprio as articula, permanentemente, a seus demais pressupostos. Aliás, é do próprio Bourdieu que me vem a inspiração de manejar um conjunto de ferramentas para a compreensão do conjunto do objeto em foco. Ele é incansável, em sua produção, em assim proceder, o que me faz recorrer, também, ao preconizado por Wacquant:

Os conceitos-chave que compõem o núcleo duro da sociologia de Bourdieu – *habitus*, capital, campo, espaço social, violência simbólica – são de tal modo *programas de questionamento organizado do real* que servem para balizar o terreno das pesquisas que devem ser tão mais cuidadosas e minuciosas quanto mais se espera generalizar seus achados por meio da comparação. Para o autor (...), a teoria acabada está mais para camaleão do que para pavão: longe de atrair sobre si o olhar, ela se conforma a seu hábitat empírico; ela toma de empréstimo as cores, os tons e as formas do objeto concreto, datado e situado, ao qual ela aparece simplesmente agarrada, quando na verdade ela o *produziu*. (1997: 34)

2.1. Na caixa de ferramentas

Para conceber a noção de espaço social, Bourdieu faz uso de uma expressão: diferença. Na verdade, o autor tem um objetivo muito mais ambicioso, ao elaborar tal conceito: negar o conceito de classe social de Marx. Composto de estruturas objetivas e construções subjetivas, o espaço social é um ‘lugar’ de diferenças, no qual as classes estão sim situadas, não como um dado, mas como algo a fazer, a construir, individual e coletivamente. O mundo social está no agente (outra noção de Bourdieu, uma releitura do ‘sujeito’) e o agente está nele.

Eu quis romper com a representação realista da classe como grupo bem delimitado, existente na realidade como realidade compacta,

bem recortada (...). Meu trabalho consistiu em dizer que as pessoas estão situadas num espaço social, que elas não estão num lugar qualquer, isto é, intercambiáveis (...), e que, em função da posição que elas ocupam nesse espaço muito complexo, pode-se compreender a lógica de suas práticas e determinar, entre outras coisas, como elas vão classificar e se classificar, e, se for o caso, se pensar como membros de uma “classe”. (Bourdieu, 1990: 67)

As posições que os agentes ocupam nesse espaço de diferenças, o espaço social, serão determinadas pela estrutura de distribuição dos diferentes tipos de capital.

Bourdieu emprestou também do marxismo a noção de capital como relação social e a ideia de que a posse do *capital econômico* confere, aos que o possuem, poder sobre os desprovidos. Mas ele estende essa noção a outras formas de riqueza, criando conceitos como o de *capital cultural*, que designa uma relação privilegiada com a cultura erudita e a cultura escolar; de *capital social*, designando a rede de relações sociais que constitui uma das riquezas essenciais dos dominantes; e de *capital simbólico*, formado pelo conjunto de signos e símbolos que permitem situar os agentes no espaço social. (Loyola, 2002: 66)

Noutras palavras, a noção de capital aparece em Bourdieu também estendida para além de outras posses e domínios que não somente o econômico, também engendrado por Marx. Mais: sendo também capitais, pressupõem o acúmulo. No que toca ao capital social, por exemplo, este está necessariamente afeito à fruição que um agente tenha por parte de uma rede durável de relações e, principalmente, ao reconhecimento que lhe é atribuído por esta. Neste tipo de capital, o agente está suscetível às trocas que consegue estabelecer e à tributação que destas amealha e concentra.

Já o capital cultural se expressa em estados distintos: o incorporado, o objetivado e o institucionalizado. Em seu estado fundamental, o capital cultural está ligado ao corpo, e sua aquisição é um combinado de atributos herdados e adquiridos no tempo – aliás, ‘tempo’ aqui é fator determinante de acúmulo. É parte integrante da pessoa, um *habitus* (sobre este versarei mais adiante). Já o estado

objetivado pressupõe a apropriação, não necessariamente daquilo que se tem, mas do uso que se faz do que se acumulou no tempo, quando o agente garante benefícios no usufruto de suas posses. Por fim, o estado institucional, que implica valor e convertibilidade, quando o reconhecimento surge como recompensa ao agente, faz valer seus investimentos em capital cultural e retorna em lucros – culturais, sociais e, por que não dizer, também econômicos (Bourdieu, 1998).

De seu lado, o capital simbólico é praticamente uma junção dos capitais descritos (o social e o cultural), ou seja, está expresso na rede de relações estabelecida, no acúmulo pessoal herdado e adquirido, no uso que faz de tais relações e reservas, no reconhecimento do qual se desfruta no ambiente (no campo), no poder que se concentra e que reverte em ganhos simbólicos e materiais.

Parece, portanto, chegado o momento oportuno de tratar do conceito de campo, um espaço de forças e de lutas, criado pelos agentes e pelas relações objetivas entre estes. É o próprio Bourdieu quem o define:

A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada. E uma das grandes questões que surgirão a propósito dos campos (ou dos subcampos) científicos será precisamente acerca do grau de autonomia que eles usufruem. (2004: 20-21)

Ainda sobre o conceito de campo, Bourdieu é generoso em desenvolver uma explicação central, segundo a qual “campos são lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas. Um campo não se orienta totalmente ao acaso. Nem tudo nele é igualmente possível e impossível em cada momento”. Segundo essa concepção, os oriundos de um campo estão sujeitos às leis imanentes do mesmo, não escritas mas inscritas na realidade e que determinam o “sentido do jogo” (2004: 27). Noutras palavras, qualquer que seja – e não são poucos –, o campo é invariavelmente um objeto de luta, nos sentidos

figurado e real; um jogo que tem suas próprias regras constantemente postas em partida.

O campo é uma esfera da vida social que se autonomizou progressivamente através da história, em torno de relações sociais, de conteúdos e de recursos próprios, diferentes dos de outros campos. As pessoas não correm pelas mesmas razões no campo econômico, no campo artístico, no campo jornalístico, no campo político ou no campo esportivo. Cada campo é então, ao mesmo tempo, *um campo de forças* – ele é marcado por uma distribuição desigual dos recursos e logo, por uma relação de forças entre dominantes e dominados – e *um campo de lutas* – os agentes sociais se confrontam ali para conservar ou transformar esta relação de forças. (Corcuff, 2001: 53-54)

Eis talvez a oportunidade propícia de fazer surgir a noção de *habitus*. Tal concepção, localizada em registros de Aristóteles e São Tomás e reiterada ao longo da história por distintos pensadores, já exprimia em linhas gerais que os ‘sujeitos’ sociais não são entidades súbitas. Bourdieu procurou recuperar e atualizar o conceito, classificando-o como sistema de disposições duradouras e transponíveis, que permite àqueles mesmos ‘sujeitos’ (os agentes) disporem de mecanismos intrínsecos, passíveis de serem acionados diante de uma determinada situação.

a noção de *habitus* tem várias propriedades. Ela é importante para lembrar que os agentes têm uma história, que são o produto de uma história individual, de uma educação associada a determinado meio, além de serem o produto de uma história coletiva, em que em particular as categorias do juízo, os esquemas de percepção, os sistemas de valores etc. são o produto da incorporação de estruturas sociais. (Bourdieu & Chartier, 2011: 58)

Bourdieu chega a considerar como “absurda a oposição indivíduo/sociedade” que dá base a muitas das elaborações científicas contemporâneas. Admitindo ser, de sua parte, um contrassenso formular uma frase cujo sujeito seja ‘a sociedade’, o sociólogo prossegue asseverando que esta existe de dois modos: na objetividade e no plano individual, incorporado. Portanto, *habitus* não é um destino, um *factum*, mas um conjunto amplo de ordenamentos ou ânimos invariavelmente sujeitos a

experiências e por estas reconfigurados. Trata-se, portanto, de uma conjugação que estabelece uma perspectiva relacional: o indivíduo se localiza em um universo social próprio e o universo social está inscrito nele, ou, “dito por outras palavras, o indivíduo biológico socializado é algo de social individuado” (Bourdieu & Chartier, 2011: 60).

A exposição repetida às condições sociais definidas imprime nos indivíduos um conjunto de *disposições* duráveis e transferíveis, que são a interiorização da realidade externa, das pressões de seu meio social inscritas no organismo. E chegamos, assim, a outro conceito fundamental para Bourdieu – o de *habitus* – que, conjuntamente com o de *campo*, constitui, por assim dizer, a espinha dorsal de sua teoria. Os conceitos de *habitus* e *campo* são relacionais, no sentido de que só podem funcionar um em relação ao outro. (Loyola, 2002: 68)

Aproveitando o esclarecimento de Loyola, é a mesma autora que, em raciocínio quase matemático, resume: “o espaço social construído segundo a equação *habitus + capital + campo = prática* permite ao sociólogo interpretar e mapear as *estratégias de distinção*” (Loyola, 2002: 69). É o que intentarei fazer a seguir.

2.2. Ferramentas no alforje, mãos à obra

Postos os objetivos deste escrito e, ainda que resumidamente, explicitados os referenciais teóricos com os quais pretendo manejar, é recomendável checar ainda as concepções de Pierre Bourdieu quanto ao que se passa nos ambientes científicos:

o que comanda os pontos de vista, o que comanda as intervenções científicas, os lugares de publicação, os temas que escolhemos, os objetos pelos quais nos interessamos etc. é a estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes que são (...) os princípios do campo. É a *estrutura das relações objetivas* entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer. (...) É a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos

negativamente, suas tomadas de posição. Isso significa que só compreendemos, verdadeiramente, o que diz ou faz um agente engajado num campo (um economista, um escritor, um artista etc.) se estamos em condições de nos referirmos à posição que ele ocupa nesse campo, se sabemos “de onde ele fala”. (2004: 23-24)

Ou seja, ao procurar delimitar as características específicas do campo científico, o autor não vacila: quanto maior o grau de autonomia deste, menos submetido está às leis sociais externas. Chamando a atenção para os perigos dos reducionismos e da visão hagiográfica da ciência, ambas não raro praticadas – e desmentidas – na prática científica, Bourdieu diagnostica:

A estrutura do campo científico é sempre definida pelo estado da relação de forças entre os protagonistas das disputas, ou seja, pela estrutura da distribuição do capital científico (nas suas diferentes espécies) que puderam acumular ao longo das lutas anteriores. É esta estrutura que atribui a cada investigador, em função da posição que nela ocupa, as suas estratégias e tomadas de posição científicas, e as hipóteses objetivas de êxito que lhes são prometidas. Essas tomadas de posição são o produto da relação entre a posição no campo e as disposições (o *habitus*) do seu ocupante. Não há escolha científica (...) que não seja *também* uma estratégia social de posicionamento orientada para a maximização do lucro específico, indissociavelmente social e científico, dado pelo campo e determinado pela relação entre a posição e as disposições que enunciei. (2008: 84-85)

E é o próprio quem elenca o que denomina de escolha científica: “escolha do domínio de investigação, escolha dos métodos utilizados, escolha do lugar de publicação, decisão de publicar rapidamente resultados parcialmente verificados ou tardiamente resultados plenamente controlados” (Bourdieu, 2008: 85). É justamente esse conjunto de escolhas que ousarei aqui conformar como peças (‘pregos’, ‘parafusos’, o que seja). Dito de outra forma, especialmente o lugar de publicação e a decisão de publicar resultados são as peças para cuja compreensão – incluindo suas mecânicas (estática e dinâmica) e as relações que estabelecem

entre seus mais diversos agentes – me é necessário, em perspectiva aproximativa, tomar de empréstimo as ferramentas conceituais engendradas por Bourdieu.

É preciso, de fato, aplicar o modo de pensar relacional ao espaço social dos produtores: o microcosmo social, no qual se produzem obras culturais, campo literário, campo artístico, campo científico etc., é um espaço de relações objetivas entre posições (...) e não podemos compreender o que ocorre a não ser que situemos cada agente ou cada instituição em suas relações objetivas com todos os outros. É no horizonte particular dessas relações de força específicas, e de lutas que têm por objetivo conservá-las ou transformá-las, que se engendram as estratégias dos produtores, a forma de arte que defendem, as alianças que estabelecem, as escolas que fundam, e isso por meio dos interesses específicos que são aí determinados. (Bourdieu, 2011: 60-61)

Fica evidente, já numa primeira aproximação, que o indicativo do que tem pela frente é um espaço de tomadas de posição que só podem ser compreendidas relacionalmente. O campo científico tem seus ritos, muitos dos quais postos em questão na atualidade, mas segue tendo cânones que pautam comportamentos, procedimentos e ações (geradores inclusive de *habitus*). Em paralelo, é dele que se esperam respostas para a modernidade, para as mazelas das gentes, bem como inovações que façam com que o mundo avance, e com ele a ciência, o conhecimento.

Para a ciência, seus ritos e cânones, dentre outros elementos, a notoriedade ou reconhecimento (capital científico) há de vir dos pares. E é bem provável que estes estejam menos para reconhecer, mais para serem reconhecidos. No entender de Bourdieu,

o capital científico é uma espécie particular de capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico (o número de menções no *Citation Index* é um bom indicador, que se pode melhorar...). (2004: 26)

Não fica difícil concluir, então, que este espaço de posições – que é ‘por natureza’ a academia – seja também um campo que demanda autonomia, capacidade de refração, de retradução, no qual as imposições externas podem se transmutar ao limite da impossibilidade de reconhecimento.

A percepção do espaço das posições, que é, em simultâneo, conhecimento e reconhecimento do capital simbólico e contribuição para a constituição desse capital (por juízos baseados em índices como o lugar de publicação, a qualidade e quantidade de notas etc.), permite a orientação nesse campo. (...) Um campo contém virtualidades, um futuro provável (que um *habitus* ajustado permite antecipar). O mundo físico tem tendências imanentes, tal como o mundo social. (Bourdieu, 2008: 87)

Sendo assim, como todo e qualquer campo, a academia se configura ainda como um espaço das propriedades, e, portanto, “também um campo de lutas pela apropriação” (Bourdieu, 2008: 88).

Uma das várias expressões desse campo é a das publicações, sejam os periódicos científicos, sejam os livros acadêmicos (ou universitários). Pautados pelas mesmas lógicas e mecanismos da academia – e, neste específico caso, a maior expressão talvez esteja no julgamento pelos pares –, esses lugares são, como de se esperar, espaços de poder, de lutas, de busca de reconhecimento. Deles se espera, sob a égide do avanço da ciência, o emergir dos créditos e pontos necessários à conquista de prêmios e ganhos simbólicos (*status*, notoriedade, poder) e não tão simbólicos assim (salários, financiamentos).

A instituição acadêmica é uma selva de lutas violentas entre facções, de nenhuma das quais se pode esperar um julgamento objetivo, seja por parte dos membros de seu próprio grupo ou do grupo adversário. (...) Mais comum atualmente, (a opção) consiste em recorrer ao critério de produtividade, como o usado no mundo do comércio e da indústria. Como é difícil julgar a produtividade de um professor cujo campo de atividade não se conhece bem, deve-se de alguma forma tentar descobrir como esse professor é visto por colegas de seu próprio campo e que estejam livres de preconceitos. Parte-se então do princípio de que essa aceitabilidade pode ser

inferida pelo número de livros ou ensaios do tal professor que os editores de obras especializadas estejam dispostos a aceitar. (Berger, 1986: 18-19)

Usando uma alegoria do campo econômico, nesse aspecto, o mundo social – e, aqui, especificamente seu componente científico – apresenta-se como uma moeda em suas duas faces: a da legitimidade (o reconhecimento do esforço, do acúmulo de capitais cultural e/ou científico, o valor simbólico) e a da concorrência na busca desenfreada pela distinção, pelo *podium* (não raro recheada de elementos de violência simbólica, da legitimação da cultura dos dominantes).

No deciframento de Maria Andréa Loyola, o uso que Bourdieu

faz do conceito de *interesse* – noção que substitui cada vez mais frequentemente por aquela de *illusio* e, mais recentemente, por aquela de *libido* – responde a dois objetivos: primeiro, romper com a visão encantada da ação social que se agarra à fronteira artificial entre ação instrumental e ação expressiva ou normativa e que recusa reconhecer as diversas formas de lucros ou interesses não materiais que guiam os agentes que se apresentam como desinteressados; segundo, sugerir a ideia de que os agentes são retirados de um estado de *in-diferença* pelo estímulo enviado por certos campos, e não por outros, pois cada campo preenche a garrafa vazia do interesse com um vinho diferente. (2002: 85)

Posto, enfim, que cada campo social, em sua perspectiva, implica uma forma dominante de capital e que, no caso próprio deste ensaio, o segmento editorial acadêmico conta também com seus ditames, seus ritos (*peer reviews*, normalizações, catalogações), seus próprios agentes (dentre os quais autores, conselhos, editores), suas retraduações, refrações e lutas (conflitos e concorrências na diligência por monopólios), não me restam maiores dúvidas: se não estamos versando acerca de um campo, o campo editorial acadêmico, estamos pelo menos tratando de um subcampo a serviço do capital científico.

3. SOBRE O MÉTODO

Ouso considerar que a esta altura está claro qual o foco desta pesquisa: a materialização do ambiente científico (da Saúde) contraposto ao segmento editorial universitário (em Saúde), tendo como objeto privilegiado de observação, para ambos os campos, a Editora Fiocruz. Considerando que “o objeto das Ciências Sociais é *histórico*” (Minayo, 2010b: 39), há que coligir elementos que facultem a compreensão, no transcorrer dos tempos, sobre os rumos trilhados em sua constituição própria, o momento em que ambos necessariamente se encontram (se é que não andaram sempre de mãos dadas) e os caminhos e descaminhos que trilham a partir desse encontro.

Para aclarar melhor tais desígnios, retorno a Pierre Bourdieu:

existe um universo intermediário que chamo o *campo literário, artístico, jurídico ou científico*, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem, ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas. (2004: 20)

São justamente as “leis sociais” específicas a cada campo (Saúde e editorial acadêmico) o ponto de interesse norteador desta pesquisa. Acredito que ao contrapor ambos em perspectiva relacional, buscando um entendimento na confluência destes, expresso em um projeto editorial quiçá não de uma instituição mas de toda uma área, encontrarei muita riqueza em suas complexidades, especificidades e complementaridades.

Minayo nos conta daqueles que preferem trabalhar os fenômenos isoladamente, apartando teoria e prática, mas trata, com entusiasmo, também daqueles que só conseguem percebê-los de modo integrado:

considero o conceito de Metodologia de forma abrangente e concomitante: (a) como a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer; (b) como a apresentação adequada e justificada dos *métodos, das técnicas e dos*

instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; (c) e como o que denominei “criatividade do pesquisador”, ou seja, sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações científicas. (Minayo, 2010b: 44)

A mesma autora citada, vale-se de Lévi-Strauss (1975 *apud* Minayo, 1994: 14) para advertir que “numa ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador, ele mesmo, é uma parte de sua observação”. Contudo, ela também se lembra de agregar ao aviso uma dose de complacência:

é necessário afirmar que o objeto das Ciências Sociais é *essencialmente qualitativo*. A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela. (Minayo, 1994: 15)

Outro autor, o filósofo Antonio Raimundo dos Santos, generosamente me faz compreender que a pesquisa bibliográfica será presença imposta a qualquer processo de pesquisa, dado que seguramente terceiros tenham realizado empreitas de igual ou similar rigor. E que tal método nada tem de menor, ao contrário,

em nada compromete a possibilidade de originalidade dos raciocínios que, a partir deles [os dados], possam ser desenvolvidos. A bem da verdade, dados já publicados podem, mesmo, possibilitar raciocínios inéditos, já que o conceito de *inédito* não se restringe a “realidade nova”. Pode também significar “pensamento novo” a respeito de “realidade velha”. (2007: 105)

Isso posto, confesso que jamais tencionei ir fisicamente a campo, por compreender que a literatura, ainda que não seja a mais abundante em um dos temas que me cabe (localizei apenas um livro que trata das editoras universitárias brasileiras, de 2001 – e, devo confessar, alguns bons artigos), tem robusto significado simbólico para esta pesquisa. Este trabalho vem contando, portanto, com um empenho em decifrar livros e artigos, na perspectiva da análise da

literatura e, do pouco existente a respeito da criação da Editora, também documental, em abordagem qualitativa.

Contudo, fez-se necessário expandir as perspectivas, um caminho de pesquisa exploratória, de natureza empírica, ocasião em que a opção foi ouvir sobre a Editora. Uma vez definido “ouvir” como verbo-chave, a imediata solução se apresentava sob forma de um dos instrumentos de pesquisa mais adequados para tal: a entrevista.

Mas quem entrevistar? As pessoas que criaram ou dirigiram a Editora, os conselheiros que a compõem ou lá militaram outrora, os editores, a equipe, os autores e organizadores de obras... um leque de pessoas poderia ser elencado e, muito provavelmente, estaria disponível. Muita riqueza poderia advir daí, certamente, mas me pareceu haver personagens que mereciam ser distinguidos nessa escuta: os próprios livros da Editora Fiocruz! E foi eles – e só eles – que busquei “ouvir” de modo privilegiado, para experimentar compreender o tanto que têm a dizer, para além do que já está impresso em suas páginas.

3.1. Entrevistando livros

O catálogo da Editora tem somados, num período de quase vinte anos (1994-2012), umas tantas centenas de livros. Todos foram entrevistados. Dos primórdios da Editora até os recém-saídos das impressoras e acabamentos gráficos, cada qual teve a sua oportunidade de ser esquadrinhado.

Para que todos tivessem oportunidade de igual expressão, foi montado inicialmente um roteiro de questões fechadas, com o objetivo de dar conta do maior número de informações tabuláveis possível. Após um primeiro teste aleatório, com dois livros tirados do acaso, restou verificado que o trabalho daria muito trabalho. Aliás, o acaso não raro torna-se um grande aliado nessas horas:

Muito do que nos acontece – êxito na carreira, nos investimentos e nas decisões pessoais, grandes ou pequenas – resulta tanto de fatores aleatórios quanto de habilidade, preparação e esforço. Portanto, a realidade que percebemos não é um reflexo direto das pessoas ou

circunstâncias que a compõem, e sim uma imagem borrada pelos efeitos randomizantes de forças externas imprevisíveis ou variáveis. (Mlodinow, 2009: 19)

Diante da evidência de que seriam muitas as informações a colher e que, adiante, estas poderiam vir muito mais a confundir o esquadramento que favorecer o método, a opção foi, então, por dividir o roteiro de entrevista em dois: um na perspectiva do livro em si; outro na de seus autores e/ou organizadores (neste específico caso, para os livros-coletâneas, com contribuições de autores vários). A proposta original era aqui também apresentar tais dados, incluindo, dentre outros: filiação institucional, estado da Federação e/ou país. Tais informações foram colhidas no segundo roteiro mencionado e foi montado um banco de dados para os 3.348 envolvidos no total de livros publicados pela Editora Fiocruz de 1994 a 2012. Tal banco encontra-se, dada sua extensão, em fase de organização e sistematização de dados, de tal sorte que não foi possível incluí-lo nesta dissertação.

As perguntas feitas a cada livro constam do quadro abaixo.

Quadro 1. Entrevistando livros

ROTEIRO ENTREVISTANDO LIVROS	
1. ISBN?	11. Palavras-chave (pc): 11.1. pc 1? 11.2. pc 2? 11.3. pc 3? 11.4. pc 4? 11.5. pc 5? 11.6. pc 6?
2. Título do livro?	
3. Ano de publicação?	
4. Monográfico ou coletânea?	
5. Se de coleção, qual?	12. Se coletânea, 12.1. número de capítulos (com introdução)? 12.2. número de organizadores? 12.3. número de autores (incluindo organizadores)?
6. Número de páginas?	
7. Reimpressão(ões)? 7.1. Se sim, ano(s)?	
	13. Prêmio?

Quadro 1. Entrevistando livros (continuação)

ROTEIRO ENTREVISTANDO LIVROS	
8. Edição total?	14. No SciELO Livros?
9. Edição Editora?	14.1. Se sim, qual modalidade de acesso (livre ou controlado)?
10. Se coedição, qual coeditora?	15. Área do livro?
	16. Observação adicional?

A opção possível foi tabular e aprofundar, num primeiro momento, as respostas obtidas sobre os livros publicados, e já não era de pouca monta. As respostas tornaram-se dados e passaram a compor uma planilha. Esta, para evitar perdas ou duplicidades, foi estruturada a partir do ISBN. Explico: por se tratar de um código atribuído livro a livro (no Brasil, pela Biblioteca Nacional), uma espécie de registro geral, a cada ISBN corresponderia um título e, por conseguinte, as informações que lhe pertencem. O natural, talvez, seria começar pelo nome (título) de cada, contudo há livros que têm uma proximidade peculiar na designação, pode-se dizer que são quase xarás (ou praticamente homônimos), distinguindo-os os subtítulos ou pequenas nuances nos títulos. Dado que o ISBN somente é atribuído a novos livros e a reedições – revistas, ampliadas ou atualizadas –, a reimpressões não, melhor partir do registro numérico, na perspectiva de melhor organizar a coleta de respostas.

Quanto ao roteiro elaborado para os autores, chegou-se a entrevistar (coletar), para além dos organizadores, as informações de cada um dos autores que integram as coletâneas. Ainda que as informações estejam sendo processadas, a escolha, dura, foi por não tabulá-las e analisá-las nesta oportunidade, por conta de suas proporções, conforme explicado em nota. Porém, as informações encontram-se disponíveis e vêm sendo trabalhadas, caso outrem resolva se aventurar a investigar – o que seria muito bem-vindo, sem dúvida – a autoria das obras publicadas pela Editora Fiocruz.

Outro aspecto a elucidar, ainda concernente ao roteiro de entrevistas para os livros: por se tratar de algo que não está explícito nele, dois dados não foram respondidos diretamente pelo livro entrevistado, os quesitos 'prêmio' e 'área do livro'. A resposta ao primeiro foi simples. Quanto ao segundo, para respondê-lo foram analisadas as palavras-chave das fichas catalográficas de todos e cada um dos livros. Estas sim, e de modo bastante esclarecedor, ajudaram a responder a penúltima pergunta do primeiro roteiro. Um dado interessante é que tais fichas não são elaboradas na Editora. Sua confecção, desde o princípio, está a cargo da Biblioteca de Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz).

É evidente que, do roteiro elaborado e aqui transmitido, quesitos como livro monográfico ou coletânea, coleção, reimpressão, edição total, edição Editora etc. necessitarão ser melhor detalhados. Deixarei isto para o capítulo seguinte, no qual os achados serão revelados, para que os esclarecimentos desses itens sejam clarificados à medida que seus resultados apareçam.

Ainda sobre o método, quanto à sua prática: quatro pessoas, entre nível médio e graduação concluídos (duas em letras, uma em nutrição), foram convocadas para entrevistar os livros. Inicialmente, todas se ocupariam por perquirir um lote de livros, preenchendo todos os quesitos, dos dois roteiros, livro a livro, em ordem cronologicamente progressiva de publicação. Reconsiderarei: em duplas, trabalho compartilhado, cada dupla um roteiro, a possibilidade de erro seria muito menor. Assim uma dupla se dedicou ao guião dos livros, a outra ao dos autores, mantida a ordem progressiva. Trabalhando na dos livros, uma dupla que jamais teve contato qualquer com a Editora. Manejando a dos autores, uma pessoa de igual origem, apoiada por profissional da casa que, dentre outras atribuições, alimenta a página da Editora na internet com... os livros! Se uma tinha suporte, justo que as outras duas também o tivessem. Assim, o trabalho da dupla que se dedicou especificamente aos livros foi realizado na sala da editoria executiva, onde, para cada dúvida ou questão, tanto tinham a oportunidade de recorrer ao acervo completo de livros, em estante praticamente à mão, quanto a possibilidade de imediata resposta.

Ao final da empreitada do preenchimento, uma das duplas se desfez: uma das entrevistadoras voltou para o seu posto e a outra se foi. Duas permaneceram; havia duas planilhas, dois roteiros preenchidos, a serem confrontados. Conferências feitas, seguiu-se o tira-teima de dúvidas, sempre acompanhado por este, na específica ocasião, editor executivo, naquela altura já um tanto estremunhado.

Finalmente, entrevistados todos os livros, preenchidas ambos os roteiros, conferidos e reconferidos os *inputs*, partiu-se, então, para a extração dos dados. As planilhas foram preenchidas em Microsoft Excell versão 2002 (Microsoft Corp., EUA), os dados foram gerados a partir do SPSS for Windows, versão 16.0 (SPSS Corp., EUA). Nesta parte final, a boa vontade foi de outrem: a de um devotado coorientador, pronto a socorrer um mestrando semianalfabeto nos meandros estatísticos, particularmente os eletrônicos.

A seguir, o que os livros da Editora Fiocruz têm a dizer sobre si.

4. SOBRE OS ACHADOS

Chego, afinal, ao que os livros manifestam sobre o lugar que os publica: a Editora Fiocruz contabiliza, de 1994 a 2012, 358 edições. E isto é só o começo...

Como a ideia é ir retirando mantilhas paulatinamente, inicio pelos títulos publicados. Para efeitos desta pesquisa, foi dividido o tempo total (1994-2012) em quatro períodos. Posto que o tempo global em análise equivale a 19 anos, para efeitos de divisão do mesmo, um dos intervalos, o primeiro, acaba agrupando quatro e os demais, cinco anos. A eles: 1994-1997, 1998-2002, 2003-2007, 2008-2012.

É interessante notar a oscilante gradação de edição de novos títulos ano a ano (tabela 1), peculiarmente um pico de lançamentos em 2006, quando foram editados 33 novos livros. Isto pode ser ajuizado: esse foi um ano próspero em coedições e/ou de forte apoio externo nos trabalhos de publicação e, particularmente, o ano de lançamento da coleção Temas em Saúde, que, de imediato, tornou cinco de seus títulos disponíveis para o mercado leitor. Entretanto, feita uma análise por períodos (tabela 2), verifica-se que realmente os dois intervalos finais são os que concentram um maior número e percentual de novos lançamentos, com ligeiro destaque para a terceira fase.

Tabela 1. Livros da Editora Fiocruz publicados por ano, 1994-2012

Ano de publicação	Número de títulos	Valor Percentual
1994	7	2,0%
1995	15	4,2%
1996	7	2,0%
1997	12	3,4%
1998	16	4,5%
1999	19	5,3%
2000	19	5,3%
2001	15	4,2%
2002	16	4,5%
2003	19	5,3%
2004	18	5,0%

Tabela 1. Livros da Editora Fiocruz publicados por ano, 1994-2012 (continuação)

Ano de publicação	Número de títulos	Valor Percentual
2005	25	7,0%
2006	33	9,2%
2007	24	6,7%
2008	24	6,7%
2009	23	6,4%
2010	18	5,0%
2011	26	7,3%
2012	22	6,1%
Total	358	100,0%

Tabela 2. Livros da Editora Fiocruz publicados por períodos, 1994-2012

Período	Títulos publicados	Valor percentual
1994-1997	41	11,5%
1998-2002	85	23,7%
2003-2007	119	33,2%
2008-2012	113	31,6%
Total	358	100,0%

Outro aspecto que salta aos olhos, se verificados em cruzamento os períodos de publicação e os tipos de livros, é que, a despeito do grande número de coletâneas, os livros monográficos seguem à frente na preferência de publicação, importando em 55,6% do total de livros publicados (tabela 3). Sim, esta preferência não necessariamente se deve à Editora, mas àqueles que submetem originais a apreciação com vistas a publicação.

Para não restar dúvidas, cumpre esclarecer que estão aqui denominados como livros monográficos aqueles que apresentam um ou mais autores e partem muitas vezes do resultado do trabalho de pesquisa individual ou de uma tese devidamente convertida para livro. Há ainda casos de grupos de pesquisa que preferem estruturar seus livros também nesse formato, ocasião em que todos os autores respondem pelo conjunto da obra, não assinando nenhum capítulo em

específico. Ainda nesta qualidade, encontramos os designados como monográficos especiais. São aqueles livros que foram escritos conservando os itens assentados acima e que, todavia, recebem algum adicional quando de sua publicação: uma introdução de outrem, que o contextualiza quanto à importância, pertinência e ocasião de publicação, por exemplo.

Já os livros intitulados como coletâneas são aqueles que reúnem especialistas em determinada temática que, sob a batuta de um ou mais organizadores responsáveis, escrevem seus textos com diversos focos ou perspectivas, dentro das várias possibilidades de exploração do assunto em pauta. São livros cujo conteúdo geralmente se inicia com uma introdução (ou apresentação, desde que mais densa) por parte de seus organizadores, seguida de capítulos assinados – isto é, com autoria referida – pelos demais autores. Distintas das de caráter monográfico, tais obras em si não deixam de ser um todo onde, no entanto, cada um de seus autores responde pelo texto que subscreve. Quanto às coletâneas especiais, estas, como os monográficos especiais, são aquelas nas quais um ou mais organizadores se propõem a adjuntar novos comentários, textos e/ou elementos (documentos, imagens etc.) à obra publicada com mais de um capítulo, adensando-a e enriquecendo-a com a participação de outros e novos olhares.

Feitas as esclarecimentos, retorno à tabela.

Tabela 3. Títulos da Editora Fiocruz segundo tipo de livro por períodos, 1994-2012

Tipo de livro		Períodos				Total e percentual por tipo de livro
		1994-1997	1998-2002	2003-2007	2008-2012	
Coletânea	Títulos	19	34	42	44	139
	% no período	46,3%	40,0%	35,3%	38,9%	38,8%
Coletânea especial	Títulos	2	2	-	3	7
	% no período	4,9%	2,3%	-	2,7%	2,0%
Monografia	Títulos	16	48	63	64	191
	% no período	39,0%	56,5%	52,9%	56,6%	53,3%
Monografia especial	Títulos	4	1	14	2	21
	% no período	9,8%	1,2%	11,8%	1,8%	5,9%
Total geral	Títulos	41	85	119	113	358
	% total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

São 139 coletâneas, sete coletâneas especiais, 191 livros monográficos e 21 monográficos especiais. Detendo-se o olhar no índice e atentando-se para as percentagens por colunas, torna-se perceptível, em proporcionalidade, o aumento do número de livros monográficos ao longo do tempo em termos absolutos (16 livros na primeira fase em contraposição a 64 na mais recente), mas não relativos, dado que a fração de coletâneas segue padrão similar (19 livros em paralelo a 44, nas mesmas épocas). Ainda com o olhar da simetria, pode ser notado um acréscimo de livros monográficos especiais na terceira fase da Editora (11,8%). Mesmo assim, em termos globais, não são muitas as monografias especiais na produção da Editora (21 ou 5,9%); menor ainda, o número de coletâneas especiais (7 ou 2,0%), o que faz com que volte a ambos os grupos somente em ocasiões em que tal diferença se faça sentir de modo importante.

É circunstância, então, de tratar das coleções. Não raro, estas são confundidas, talvez pela proximidade léxica, com coletâneas. Coleções têm o seguinte perfil: conjunto de títulos de autoria diversa, não limitados, publicados na mesma editora sob chancela e recorte temáticos (assunto ou área), para segmentos definidos de público-leitor. Inscrevem-se nesta categoria as seguintes coleções da Editora Fiocruz: Antropologia e Saúde; Criança Mulher e Saúde; Em Questão (em coedição com a Editora Claro Enigma/Cia. das Letras); História e Saúde – e um derivativo desta, História e Saúde | Clássicos & Fontes –; Loucura & Civilização; Saúde dos Povos Indígenas e Temas em Saúde. Todas têm editores responsáveis e podem ter títulos induzidos por convite, ainda que sigam o mesmo trâmite de qualquer original quanto à apreciação de conteúdo. Cada qual tem sua característica e “periodicidade” (não necessariamente regulamentada, muito mais afeita à produção escrita das áreas que nelas veiculam sua produção).

Nos primórdios, a Editora chegou a contar com duas séries, parentes próximas às coleções, com uma diferença: desde sua concepção, a ideia era que tivessem começo e fim... e assim se deu. Trata-se das séries EpidemioLógica e Trabalho, Formação e Saúde, ambas em coedição, tendo como parceiros, respectivamente, a Abrasco e a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (Opas/OMS), por intermédio de seu setor de Publicações, o Programa Ampliado de Livros de Textos (Paltex).

Pois bem, a tabela 4 a seguir trata desta porção editorial: as ainda muito vivas coleções e as séries, hoje em dia descontinuadas, posto terem cumprido seu papel. Os livros que não se inserem qualquer coleção ou série, isto é, a maioria, recebem o singelo nome de balcão – a simplicidade está tão somente no emblema, pois o trabalho que se dedica a estes no todo do processo editorial é o mesmo, quando não maior. Ademais, um bom livro de balcão pode não ‘cabem’ em um selo específico por, muitas vezes, extrapolar em alcance o público leitor de uma coleção temática.

Tabela 4. Títulos da Editora Fiocruz segundo coleção por períodos, 1994-2012

Coleção	Períodos				Total de títulos
	1994-1997	1998-2002	2003-2007	2008-2012	
Antropologia e Saúde	0	9	9	6	24
Criança, Mulher e Saúde	0	1	6	4	11
Em Questão	0	0	0	2	2
História e Saúde	0	2	12	8	22
História e Saúde Clássicos & Fontes	0	0	2	4	6
Loucura & Civilização	0	4	4	4	12
Saúde dos Povos Indígenas	0	0	3	0	3
Temas em Saúde	0	0	9	13	22
Série Epidemiológica	1	3	0	0	4
Série Trabalho e Formação Profissional	0	5	2	0	7
Balcão	40	61	72	72	245
Total	41	85	119	113	358

Como registrado, coleções e séries, agregadas, perfazem um número significativo: 113 títulos em relação ao montante global, sendo 102 pertencentes às coleções e 11 às séries. Sendo que este tampouco pode ser um dado interpretado via linha do tempo: as coleções mais novas da Editora, Temas em Saúde (2006) e Em Questão (2011), contam, cada qual, 22 títulos. Como já relatado, a relação número de títulos/período de publicação se estabelece de forma dinâmica e própria, tendo muito mais a ver com o perfil da coleção e do público ao qual esta se destina.

Todavia, particularmente estas duas coleções referidas têm outra diferença, afora formato e tratamento editorial, em relação aos demais livros: foram pensadas para públicos também acolá do território acadêmico. Uma quer ser lida

pelo público da Saúde, claro, mas também, senão principalmente, por públicos mais gerais, os interessados nas temáticas sobre as quais a Saúde se dedica. Já a segunda é destinada ao público escolar juvenil para, quem sabe, além de formar e informar, ser um elemento instigador à vocação científica. Ambas podem, à vontade, ser chamadas de coleções de divulgação científica, têm orgulho nisso e são incomuns nos ambientes da edição universitária brasileira.

Faz-se oportuno demarcar outra dissimilitude: reedição *versus* reimpressão. É bem comum serem encontrados no mercado livreiro títulos em segunda, quinta, trigésima edição e, ao se cotejar qualquer um dos exemplares destas, constatar-se que se trata do mesmíssimo livro. Pode não ser grave, para livros de literatura, poesia, contos, ficção... Contudo, a Editora Fiocruz considera que para o livro acadêmico é *sine qua non* tal distinção: se não ocorreu mudança de vulto no conteúdo, é certo que será republicado com o apositivo 'reimpressão'. Novas edições são aquelas que passam por profunda revisão, com acréscimos, supressões, atualização de dados, o que for, nesse sentido. Se a ideia é que pelo menos parte importante do público leitor venha a adotar um livro da Editora como referência, que seja eliminada qualquer possibilidade de equívoco.

As duas tabelas e o quadro que se seguem tratam justamente dessa diferenciação: títulos reimpressos e títulos em segunda ou mais edições.

Tabela 5. Títulos da Editora Fiocruz reimpressos por períodos, 1994-2012

Reimpressões	Períodos				Total
	1994-1997	1998-2002	2003-2007	2008-2012	
Não reimpressos	28	53	62	99	272
Reimpressos	13	32	27	14	86
% reimpressões seg. período	31,7%*	37,6%	22,7%	12,4%	100,0%
(% reimpressões total)	(15,1%**)	(37,2%)	(31,4%)	(16,3%)	(100,0%)

* Ou seja, do total de 41 livros publicados entre 1994-1997, 31,7% foram reimpressos.

** Ou seja, do total de 86 livros reimpressos de 1994 a 2012, 11,5% foram publicados entre 1994 e 1997.

Nesta tabela 5, vale o exercício da consideração das colunas. Uma análise por períodos acusa mais reimpressões dos títulos originalmente publicados na fase 2 (qual seja entre 1998 e 2002), num percentual de 37,6%; igualmente expressiva,

novamente considerando-se o período, é a cifra da fase 1 (1994-1997), o que pode ser explicado pela antiguidade. A conclusão, então, é que 'livro velho' merece ser reimpresso? Não! Livro que se torna referência e tem demanda de público merece é estar disponível para o público leitor. E não é desprezível o quantil de livros 'mais experientes' do catálogo da Editora Fiocruz que já teve que se ressubmeter à parafernália gráfica.

Só que o raciocínio não deve parar por aí. É necessário ainda considerar as tendências proporcionais correspondentes ao montante global de reimpressões. E, neste específico caso, os resultados apontam novas direções: de total de 86 reimpressões, há maior concentração nas fases 2 e 3. Nota-se, ainda, que o valor de reimpressões na fase 4 já é similar ao da fase 1, o que é bem animador se consideramos que se trata de 'livros novos'.

Para encerrar o assunto, outro cômputo: são, a bem da verdade, 146 reimpressões no total dos totais. O que pode parecer contradição há de ter uma sólida explicação... e tem: até o fim de 2012, a Editora realizou 146 reimpressões; contudo, um saldo de 60 outras impressões pode ser encontrado dentre aqueles 86 que tiveram mais de um reingresso no tempo (por duas, três, até seis vezes). São 33 os títulos nessas condições, com uma média de retorno às máquinas de 2,6 vezes.

Avizinha-se a ocasião de pôr foco nas novas edições, que podem ser visualizadas no quadro e na tabela a seguir (2 e 6, respectivamente). Trata-se de 23 livros em nova edição, não necessariamente a segunda. A exemplo das reimpressões, os títulos em reedição também têm suas particularidades. Alguns já haviam circulado, com outros selos editoriais e em outros tempos, portanto não é de assombro que livros como *Rondonia: antropologia - etnographia* e *Tabu do Corpo* tenham tido, ambos, seis edições anunciadas antes de terem sido postos novamente em circulação pela Editora Fiocruz. Cada um, contudo, voltou às prateleiras pela Editora com novas roupagens. No primeiro agregou-se uma introdução que o contextualizava, publicando-se seu conteúdo original em caprichada edição fac-similar. No segundo, uma profunda revisão de forma e conteúdo, acompanhada *pari passu* por seu autor, além de nova capa que foi seu passaporte para ingresso em uma das coleções, a Antropologia e Saúde. Outros títulos, publicados originalmente pela

Editora, já foram reformulados na íntegra, com capítulos agregados, outros enxugados ou até mesmo retirados, enfim... ainda que sejam os mesmos, são novos livros, portanto, novas edições. É o caso, para exemplificar também com dois títulos, do *Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar* e do *Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Há ainda um terceiro caso de reedição: livros que foram originalmente publicados pela Editora Fiocruz (um deles em parceria), reeditados e, se é possível assim grafar, re-reeditados, com acréscimos a cada uma das vezes: *Saúde Mental e Atenção Psicossocial*, da coleção Temas em Saúde, e *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*, em coedição com a Editora Paralelo 15, são os exemplos nestes casos.

Quadro 2. Títulos publicados pela Editora Fiocruz em segunda ou mais edições, 1994-2012

Tipo de livro	Título do livro	Total de edições	Edições pela Ed.Fiocruz	Reedições pela Ed.Fiocruz
Coletânea	Aversos do Prazer: drogas, AIDS e direitos humanos	2	2	1
	Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar	2	2	1
	Impactos da Violência na Saúde	2	1	1
	Políticas e Sistema de Saúde no Brasil	2	2	1
	Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências	2	2	1
Coletânea especial	Farmacopeia Brasileira - vol. 1 - Métodos Gerais	5	1	1
	Farmacopeia Brasileira - vol. 2 – Monografias	5	1	1
Monografia	Análise de Sobrevivência: teoria e aplicações em saúde...	2	2	1
	Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica...	3	3	2
	Ciência a Caminho da Roça: imagens das expedições...	2	1	1
	Ciência da Diferença, Uma: sexo e gênero na medicina...	2	2	1
	Democracia Inconclusa: um estudo da reforma sanitária...	2	2	1
	Ecologia Política dos Riscos: princípios para integrarmos...	2	2	1
	Loucos pela Vida: a trajetória da reforma psiquiátrica...	2	1	1
	Saúde Mental e Atenção Psicossocial	3	3	2
	Tabu da Morte	2	1	1
	Tabu do Corpo	7	1	1
	Vacina Antivariólica: ciência, técnica e o poder...	2	2	1
Vida e Obra de Oswaldo Cruz	2	1	1	
Monografia especial	Rondonia: antropologia – etnografia	7	1	1
	Vozes de Campos do Jordão: experiências sociais...	2	1	1
Total de novas edições pela Editora Fiocruz				23

Ainda no mesmo mote, o das novas edições, julgo interessante o que a tabela a seguir tem a mostrar em relação a períodos e percentagens.

Tabela 6. Títulos publicados pela Editora Fiocruz em segunda ou mais edições por períodos, 1994-2012

Tipo de livro			Períodos				Total	
			1994-1997	1998-2002	2003-2007	2008-2012		
Coletânea	Edição pela Editora Fiocruz	1ª	Títulos	19	34	41	40	134
		% no período		100,0%	100,0%	97,6%	90,9%	96,4%
	2ª	Títulos	-	-	1	4	5	
		% no período		-	-	2,4%	9,1%	3,6%
	Total	Títulos	19	34	42	44	139	
		% no período		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Monografia	Edição pela Editora Fiocruz	1ª	Títulos	16	46	59	56	177
		% no período		100,0%	95,8%	93,7%	87,5%	92,7%
	2ª	Títulos	-	2	4	6	12	
		% no período		-	4,2%	6,3%	9,4%	6,3%
	3ª	Títulos	-	-	-	2	2	
		% no período		-	-	-	3,1%	1,0%
	Total	Títulos	16	48	63	64	191	
% no período			100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Quando se trata de nova edição pela Editora Fiocruz, o que pode ser corroborado no índice acima é que, do total de coletâneas, cinco obras (3,6%) tiveram reedição e se concentram em livros publicados nos dois períodos finais: 2003-2007 (um) e 2008-2012 (quatro). Nenhuma coletânea teve, no período total, mais de duas edições. Comportamento bem distinto tiveram os livros monográficos: 12 segundas edições (6,3% do total destes), distribuídas nos períodos 1998-2002 (dois livros), 2003-2007 (quatro) e 2008-2012 (seis); e, ainda, duas terceiras (1%), no período 2008-2012. Em paralelo, no período 1994-1997 nenhum livro monográfico foi reprocessado.

Indo adiante, é a hora e a vez das coedições. A Editora Fiocruz crê nesse tipo benéfico de parceria como forma de publicação. Não apenas por questões de custos ou com fins de tornar preços de capa mais atraentes para o leitor, que em si têm importância clara. Coedições potencializam outras benesses, como possibilidades de novas praças e de difusão amplificadas e, por conseguinte, um maior acesso e/ou alcance do leitor ao livro (e vice-versa), especialmente em obras cujas temáticas ou abordagens têm apelo multi ou transdisciplinar.

A longa tabela 7, a seguir, é uma evidência do quanto a Editora tem estado aberta ou procurado estabelecer parcerias que possibilitem projetar algumas obras que ‘caibam no bolso’ e ‘ganhem mundo’, isto é, que tenham preços mais convidativos e maiores oportunidades de circulação entre públicos ampliados.

Tabela 7. Coeditoras de títulos em parceria com a Editora Fiocruz por períodos, 1994-2012

Coeditoras	Períodos				Total
	1994-1997	1998-2002	2003-2007	2008-2012	
Abep	-	-	1	-	1
Abrasco	1	4	2	-	7
Academia Brasileira de Letras	-	-	1	-	1
Anvisa	-	-	-	2	2
Assoc. Internac. Estudos Langsdorff e COC/Fiocruz	2	1	-	-	3
Casa das Áfricas	-	-	1	-	1
Cebes	-	-	-	2	2
Centro Cultural Banco do Brasil	1	-	-	-	1
COC/Fiocruz	-	1	-	-	1
COC/Fiocruz e CPDOC/FGV	-	1	-	-	1
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	1	-	-	-	1
EAD/Ensp/Fiocruz	-	1	1	4	6
Editora Atheneu	-	-	1	-	1
Editora Claro Enigma Companhia das Letras	-	-	-	2	2
Editora Contracapa	-	1	-	-	1
Contraponto Editora	-	1	-	-	1
Coopmed Editora Médica	-	-	1	-	1
Editora Escuta	-	-	1	-	1
Editora FGV	-	-	-	1	1
Editora Forense Universitária	-	1	-	-	1
Editora Garamond	-	-	3	1	4
Editora Hucitec	1	-	1	-	2
Editora Manole	-	-	-	4	4
Editora Mercado de Letras	-	-	-	1	1
Editora Nova Fronteira	-	1	-	-	1
Editora Paralelo 15	-	-	1	2	3
Editora Relume-Dumará	-	1	-	-	1
Editora UFMG	-	-	-	2	2
Editora UFRJ	-	1	1	-	2
Editora Unesp	-	-	1	1	2
EdUFBA	-	-	2	2	4
EdUSP	1	-	-	1	2
EPSJV/Fiocruz	-	-	-	1	1

Tabela 7. Coeditoras de títulos em parceria com a Editora Fiocruz por períodos, 1994-2012 (continuação)

Coeditoras	Períodos				Total
	1994-1997	1998-2002	2003-2007	2008-2012	
Fapeam	-	-	-	1	1
Faperj	-	-	-	3	3
Fundação Biblioteca Nacional	-	-	1	-	1
Fundação BNP Paribas-Brasil	-	-	1	-	1
Fundação João Pinheiro e Fapemig	-	2	-	-	2
Instituto Bras. de Museus e Museu Emílio Goeldi	-	-	-	1	1
IOC/Fiocruz	-	1	-	-	1
MEC	-	-	-	1	1
Ministério da Saúde e Opas/OMS	-	1	-	-	1
Museu da Vida/COC/Fiocruz	-	1	-	-	1
Opas/OMS	-	6	3	1	10
Unesco	-	1	1	-	2
Total	7	26	24	33	90
% relativa aos períodos	17,1%	30,6%	20,2%	29,2%	25,1%

De acordo com o prenunciado nas cifras, não é irrelevante a quantidade de parcerias celebradas entre a Editora Fiocruz e outras entidades para a consecução de edições conjuntas: noventa coedições. Ao atentar em detalhe para tais números, é de se notar que o maior global de empreitadas conjuntas é com a Opas/OMS (11 livros, considerada uma parceria que envolveu também o Ministério da Saúde) e, em segunda posição, a Abrasco (sete obras). Porém, outros dados são significativos quando somados, como as edições em parceria com outras editoras universitárias ou de mercado (38 livros no total); idem para aquelas com várias unidades da Fiocruz (14). Fundações de Amparo à Pesquisa – uma do RJ e duas de outros estados da Federação – também aparecem com edições em comparte (cinco títulos).

Já foram comentadas aqui as coleções e séries. Destas, algumas também se deram em comum com estruturas outras, tanto no total de obras publicadas (Claro Enigma/Cia. das Letras, com dois livros), como em títulos pontuais (a EdUSP, por exemplo, em livro da coleção História e Saúde). Outro cômputo que merece destaque e que, como os demais, não se deve ao acaso, é o proveito de uniões com casas publicadoras de perfil similar ao da Editora Fiocruz: as universitárias, com 13 empreitadas contíguas. Interessante ainda divisar uma série de apalavramentos

com editoras comerciais e universitárias no período global (um total de vinte parceiras, em mais de uma iniciativa conjunta com 50% destas).

Indo além, outro dado parece sobressair, este já no âmbito da extensão. É notório o crescimento percentual de associações em momentos distintos, na sucessão do tempo (de sete para 26 coedições, ou de 17,1 para 30,6%, entre as fases 1994-1997 e 1998-2002; e de 24 para 33 parcerias, ou de 20,2 para 29,2%, nas de 2003-2007 e 2008-2012).

No seguimento das leituras, algo indica que o crescimento não para por aí. A próxima escala de dados (tabela 8) estrutura-se a partir de exclusiva apreciação acerca das coletâneas. Nela constam a média e os números de organizadores, autores, capítulos e páginas dos livros escritos na perspectiva da plural participação, como já comentado, as obras de capítulos em coletivo.

Tabela 8. Número, média e desvio padrão de autores, páginas, capítulos e organizadores de coletâneas da Editora Fiocruz por períodos, 1994-2012

Períodos	Coletâneas	Nº de autores (inclui organizadores)	Nº de páginas	Nº de capítulos (inclui introdução)	Nº de organizadores
1994-1997	Média	17,1	253,3	12,8	1,6
	Nº	19	19	19	19
	Desvio padrão	9,3	87,9	5,3	0,8
1998-2002	Média	18,9	267,4	13,9	2,2
	Nº	34	34	34	34
	Desvio padrão	11,4	99,9	8,0	1,1
2003-2007	Média	20,7	352,9	13,8	2,6
	Nº	42	42	42	42
	Desvio padrão	14,3	146,8	7,2	1,2
2008-2012	Média	26,5	363,3	13,5	2,8
	Nº	44	44	44	44
	Desvio padrão	22,3	234,6	8,3	1,2
Total	Média	21,6	321,7	13,6	2,4
	Nº	139	139	139	139
	Desvio padrão	16,4	170,8	7,5	1,2

Esta tabela permite diversas inferências. Por exemplo: conforme já visto, no período integral, 1994-2012, foram publicadas 139 coletâneas, com uma média de

21,6 autores. Observa-se, contudo, que houve uma variação no período, com uma tendência de aumento no número médio de autores, de 17,1 em 1994-1997 a 26,5 de 2008-2012.

Um exame com um pouco mais de apuro pelas linhas cotejadas às colunas, permite observar, dentre outros fatores, que da mesma quantia de coletâneas publicadas pela Editora Fiocruz, a maioria das médias atesta um crescimento, período a período, de autores, páginas e organizadores. Já os capítulos, sob a mesma ótica, têm se mantido com médias mais próximas. Tais aumentos levam à percepção de que os livros vêm num crescente, tanto em conteúdo nos capítulos quanto em participação. E tal crescimento faz ressaltar um dado que acaba subnotificado se as razões apresentadas são somente o número de títulos publicados em determinado ano ou período contrapostos ao anterior ou seguinte. Noutro dizer, com base nos dados acima: editar menos títulos em determinada época não significa que rigorosamente se tenha publicado quantia inferior em conteúdo, tampouco de autores e/ou organizadores.

Vejamos o que se passa, nesse mesmo aspecto, com os que aqui vêm respondendo pelo epíteto livros monográficos (tabela 9).

Tabela 9. Número, média e desvio padrão de páginas de livros monográficos da Editora Fiocruz por períodos, 1994-2012

Períodos	Monográficos	Nº de páginas
1994-1997	Média	157,3
	Nº	16,0
	Desvio padrão	74,8
1998-2002	Média	201,6
	Nº	48,0
	Desvio padrão	99,7
2003-2007	Média	222,3
	Nº	63,0
	Desvio padrão	81,5
2008-2012	Média	245,3
	Nº	64,0
	Desvio padrão	114,2
Total	Média	219,4
	Nº	191,0
	Desvio padrão	100,1

No período de 1994-2012 foram publicadas 191 obras monográficas, como já referido. Nota-se aqui também uma variação no período, com uma tendência de aumento na média do número de páginas de 157,3 em 1994-1997 para 245,3 em 2008-2012. Nos dois últimos períodos, as médias crescem, mas em menor proporção que da primeira para a segunda fase, o que pode ter uma explicação pontual: 2006, conforme já registrado aqui, foi um ano importante no número de novos títulos, mas foi também o ano de lançamento da coleção Temas em Saúde. O intervalo seguinte, na íntegra, tem incorporados a si ambos os livros de divulgação científica, os da já referida coleção e os da Em Questão.

Cabem os parêntesis: de 2006 até 2012, foram 22 títulos na coleção Temas em Saúde. O teto ideal de páginas para esses 'livrinhos de bolso' é estipulado à volta das cem páginas, ainda que praticamente todos a tenham extrapolado, alguns com louvor. Feitas as contas, resulta o seguinte: média anual de três livros com 127 páginas cada. Já a coleção Em Questão conta apenas dois livros e média de 125 páginas, ambos lançados em 2011 – um mais recente, ainda de 2012, só chegou à Editora depois do fechamento das entrevistas e consolidação dos dados.

Donde se conclui que... ainda que pequeno – sem querer ser literal –, títulos dessas coleções exercem impacto na evolução do crescimento das médias gerais de páginas dos livros publicados nos dois períodos finais. Entremeios, o exercício de recalcular importâncias, retirando-se os pequenos livros citados, gerou resultados que reafirmam o exposto: o crescimento das médias do número de páginas ainda mais expressivo do segundo para o terceiro período (de 201,62 para 240,06, cerca de 20%), e deste para o quarto (para 277,78, ou 15,4%).

De qualquer maneira, um crescimento gradativo entre os períodos se manteve, tanto em número de títulos quanto em número de páginas. O que faz assomar a evidência das evidências: os livros da Editora, todos, fermentaram em autoria e em conteúdo.

O assunto agora é nobre: prêmios e/ou indicações a estes.

Tabela 10. Títulos da Editora Fiocruz premiados por períodos, 1994-2012

Prêmios e indicações	Períodos				Total
	1994-1997	1998-2002	2003-2007	2008-2012	
2002. Prêmio Jabuti. Categoria Ciências Naturais e da Saúde - Menção Honrosa <i>Febre Amarela: a doença e a vacina, uma história...</i>	-	1	-	-	1
2002. Prêmio Alejandro José Cabassa, União Brasileira de Escritores. Categoria Contos. <i>Contos de Fatos: histórias de Manguinhos</i>	-	1	-	-	1
2004. 42ª Premiação Anual do Instituto dos Arquitetos do Brasil - RJ. Melhor obra na categoria Publicações. <i>Um Lugar para a Ciência: a formação do campus...</i>	-	-	1	-	1
2004. Prêmio José Albertino Rodrigues, ANPOCS/CNPq. Melhor obra científica em ciências sociais. 1º lugar. <i>A Arte de Enganar a Natureza: contracepção...</i>	-	-	1	-	1
2005. Prêmio Jabuti. Categoria Ciências Naturais e Ciências da Saúde - 2º Lugar. <i>Adolpho Lutz: obra completa</i>	-	-	1	-	1
2005. Prêmio Jabuti. Categoria Educação, Psicologia e Psicanálise - 3º Lugar. <i>Itinerários da Loucura em Territórios Dogon</i>	-	-	1	-	1
2005. Prêmio Alexandre Rodrigues Ferreira da Sociedade Brasileira de Zoologia - Menção honrosa na categoria Livro. <i>Adolpho Lutz: obra completa</i>	-	-	1	-	1
2006. Prêmio Jabuti. Categoria Ciências Naturais e Ciências da Saúde. Indicação 1ª fase. <i>Louis Pasteur e Oswaldo Cruz: inovação...</i>	-	-	1	-	1
2007. Prêmio Jabuti. Categoria Educação, Psicologia e Psicanálise. Indicação 1ª fase. <i>Esperança Equilibrista: cartografias de sujeitos...</i>	-	-	1	-	1
2009. Prêmio Academia Brasileira de Letras. Categoria História e Ciências Sociais. <i>Entre os Salões e o Laboratório: Guilherme...</i>	-	-	-	1	1
2010. Prêmio Jabuti. Categoria Educação, Psicologia e Psicanálise. Indicação 1ª fase. <i>Reforma Psiquiátrica: as experiências francesa...</i>	-	-	-	1	1
2010. Prêmio Jabuti. Categoria Biografia. Indicação 1ª fase. <i>Carlos Chagas: um cientista do Brasil</i>	-	-	-	1	1
2011. Prêmio Jabuti. Categoria Educação. 1º Lugar. <i>Impactos da Violência na Escola: um diálogo...</i>	-	-	-	1	1
2011. Prêmio Jabuti. Categoria Ciências Naturais. 3º Lugar. <i>Biologia, Manejo e Medicina de Primatas...</i>	-	-	-	1	1
2011. Prêmio Jabuti. Categoria Psicologia e Psicanálise. Indicação 1ª fase. <i>Rupturas e Encontros: desafios da Reforma...</i>	-	-	-	1	1
2012. Prêmio Jabuti. Categoria Ciências Naturais. 1º lugar. <i>Fundamentos da Paleoparasitologia</i>	-	-	-	1	1
2012. Prêmio Jabuti. Categoria Educação. Indicação 1ª fase. <i>Amor e Violência: um paradoxo das relações...</i>	-	-	-	1	1
Total	-	2	7	8	17

Apesar de o título da tabela referir apenas prêmios, e não as indicações, estas constam da tabela, o que requer uma explicação. É que tais designações, para uma casa publicadora do perfil e porte da Editora Fiocruz, por várias razões em galardão se convertem simbolicamente. O mercado editorial no Brasil, ao contrário do que talvez de forma romântica o senso comum retém, é competitivo e concentrado. Para além do que já foi abordado sobre o assunto no capítulo introdutório, convém adicionar mais um dado:

Entre novembro de 2010 e abril de 2011 a FIPE realizou a pesquisa O Censo do Livro (dados referentes a 2009). Seguem alguns números: **existem no Brasil 498 editoras**. A definição de editora é a da UNESCO: edição de pelo menos 5 títulos no ano e produção de 5 mil exemplares. (Mendes, 2013)

Num ambiente fronteiriço como este, chegar a uma indicação e, quiçá, a um prêmio, pode ser tido, com o devido perdão da adjetivação talvez excessiva porém realista, como um baita reconhecimento. E a tabela é diserta ao mostrar o quanto a Editora pelejou para chegar a ambos, indicações e prêmios, sendo manifesta a rala expressão dos períodos iniciais, muito especialmente se contraposta à densidade das quadras finais.

Dentre as alternativas para maior e mais equitativo acesso ao livro, uma vem sendo bem badalada – talvez em demasia, considerando os contrastes daqui, onde, “apesar de expressivos avanços no combate à extrema pobreza, erradicar a miséria do Brasil e transformá-lo num país de classe média será mais complexo e demorado do que o discurso do governo sugere, segundo especialistas” (Fellet, 2013). Refiro-me à ‘nuvem de dados’, àquilo que está disponível em troca de alguns cliques na Internet, mas que requer aparatos, energia e rede de transmissão como ingresso. E isso tem custo, que por mais que aparente, não é tão módico para aqueles para quem é uma incógnita o feijão ou até a água (isso mesmo, água potável) do dia seguinte.

Qualquer dos modos, a realidade virtual é um fato e tem trazido benfeitorias a reboque, pelo menos até há minutos. Isto é inquestionável e, por mais que seus efeitos e malefícios sejam apontados a granel, muitos que assim procedem o fazem através dela. E, como tantas outras organizações, as editoras e seus quadros humanos e financeiros que se apurem em se valer diante da oportunidade.

A Editora Fiocruz há muito aquiesceu que era instante de operar conteúdos publicados, com vistas a atender duas frentes nesse âmbito: livros disponíveis *on-line*, e com acesso espontâneo, isento, *open*. O início foi tímido: um livro, outro livro, e outro... Conforme aludido, há custos e estes não são módicos, principalmente enquanto novidade.

Todavia, um convite pela Rede SciELO Brasil fez com que a Editora saísse em busca de parceiros e recursos para potencializar conteúdos disponíveis de modo mais ‘profissional’ e atual. Isto já foi asseverado aqui: não basta tirar do papel e colocar numa tela (o aviso vem da Inglaterra, fins do século XVI: “há muito mais coisas entre o céu e a terra...”, ou seja, há realidades entre a nuvem e a concretude). Foram anos de discussão, preparo e trabalho até lançar o piloto do SciELO Livros, em 2012, com cerca de duzentos títulos, de três editoras universitárias, em acesso livre.

A ideia do portal SciELO Livros é contribuir para desenvolver infraestrutura e capacidade nacional na produção de livros em formato digital e *on-line*, seguindo sempre o estado da arte internacional. Para que seu funcionamento seja o mais abrangente possível, conta com um comitê gestor, que inclui a participação das três editoras fundadoras, voltado para a operacionalização do plano de trabalho, inclusive administração de recursos, e com um comitê consultivo, composto por especialistas vários, que se debruça em avaliar e aprovar metodologias, bem como a inclusão de títulos e de coleções de novas editoras.

É conveniente acrescentar que os objetivos do projeto são ambiciosos: fortalecer a visibilidade, o acesso, o uso e o impacto de pesquisas, ensaios e estudos de qualidade científica publicados em livros. De monta análoga são as projeções futuras: para além de estender a participação a mais editoras brasileiras, a plataforma metodológica e tecnológica desenvolvida para publicação de *e-livros* para a coleção SciELO Brasil quer ser utilizada por outros países, preferencialmente os que hoje compõem a rede SciELO Periódicos, para que publiquem suas coleções nacionais, com gestão autônoma.

Um desafio tem se posto, porém, diante da iniciativa, que, até então, o enfrenta num combinado de acessos livre e controlado aos livros lá depositados: a sustentabilidade. Para garanti-la, por ora, as editoras pagam por livro lá depositado

e decidem pela modalidade de acesso de cada. De seu lado, o projeto tem tido como prioridade a distribuição dos livros, com vistas a maximizar a presença do catálogo em todos os principais índices nacionais e internacionais, com ou sem fins lucrativos, de modo que qualquer pesquisador ou usuário, em qualquer lugar do mundo, possa recuperar, acessar, fazer *downloads* de livros, seja em acesso aberto ou comercializado (neste segundo caso, realizado por meio de parcerias e contratos com outras instituições e empresas livreiras). Para adiante, vêm sendo promovidas diferentes linhas de ação para ampliar as fontes de financiamento e a disponibilidade de livros em acesso aberto.

Ciência dada, vejamos a quantas anda a participação da Editora Fiocruz no SciELO Livros (tabela 11).

Tabela 11. Títulos da Editora Fiocruz no portal SciELO Livros por períodos, 1994-2012

Tipo de de livro	Períodos				Total de títulos por tipo de livro (% proporcional)
	1994-1997	1998-2002	2003-2007	2008-2012	
Coletânea	14	19	16	18	67 (48,2%)
Coletânea especial	-	2	-	-	2 (28,6%)
Monografia	13	20	30	26	89 (46,6%)
Monografia especial	2	1	12	-	15 (71,4%)
Total títulos no SciELO por período	29 (70,7%)	42 (49,4%)	58 (48,7%)	44 (38,9%)	173 (48,3%)
Títulos não no SciELO por período	12 (29,3%)	43 (50,6%)	61 (51,3%)	69 (61,1%)	185 (51,7%)

Do total por tipo de livro, aproximadamente a mesma percentagem de coletâneas e monografias da Editora Fiocruz já está desembaraçada para *download* no SciELO Livros (48,2% e 47,7%, respectivamente, do total de ambas publicadas até o fim de 2012). Por período, podem ser computados mais coletâneas e monográficos antigos no SciELO Livros, o que pode ser um indicativo da demanda por livros publicados há mais tempo. Da apuração geral por tipo de livro, percebe-se que 15 (71,4%) dos livros monográficos especiais já estão no portal. E algo mais

se nota: é muito próximo o percentual dos já estão disponíveis e dos títulos que ainda não foram alçados à plataforma (48,3% do catálogo da Editora já estão lá depositados).

É bom que conste: a indicação de livros pela Editora Fiocruz para compor de início o portal foi criteriosa. Procurou-se, com base em uma gama de considerações, contemplar: áreas, temas, autores, monográficos, coletâneas, coleções, livros esgotados ainda com procura, obras ainda em estoque com potencial de maior circulação... No entanto, a Editora espera ter fôlego para conseguir, adiante, ter o máximo de seus títulos lá disponíveis. E não se trata de simplesmente elencar um título e depositá-lo no SciELO: requer trabalhar cada livro para condicioná-lo a outras mídias (só para exemplificar parte da faina, torná-los .pdf, mais simples, e .epub, mais complexo e dispendioso), interesse e consentimento dos autores, enxertos em e novos contratos e mais umas tantas rotinas até há pouquinho desobrigadas. No que tange aos títulos da Editora Fiocruz no SciELO Livros por modalidade de acesso, a tabela abaixo tem mais a acrescentar.

Tabela 12. Títulos da Editora Fiocruz no portal SciELO Livros segundo modalidade de acesso por períodos, 1994-2012

Período	No SciELO Livros	Modalidade de acesso		Não no SciELO	Total	
		Controlado	Livre			
1994-1997	Não	Títulos	-	-	12	12
	% NÃO no período					29,3%
	Sim	Títulos	1	28	-	29
	% SIM no período					70,7%
Total		Títulos	1	28	12	41
% TOTAL no período					100,0%	
1998-2002	Não	Títulos	-	-	43	43
	% NÃO no período					50,6%
	Sim	Títulos	9	33	-	42
	% SIM no período					49,4%
Total		Títulos	9	33	43	85
% TOTAL no período					100,0%	
2003-2007	Não	Títulos	-	-	61	61
	% NÃO no período					51,3%
	Sim	Títulos	33	25	-	58
	% SIM no período					48,7%
Total		Títulos	33	25	61	119
% TOTAL no período					100,0%	

Tabela 12. Títulos da Editora Fiocruz no portal SciELO Livros segundo modalidade de acesso por períodos, 1994-2012 (continuação)

Período	No SciELO Livros	Modalidade de acesso		Não no SciELO	Total	
		Controlado	Livre			
2008-2012	Não	Títulos	-	-	69	69
					% NÃO no período	61,1%
	Sim	Títulos	44	-	-	44
					% SIM no período	38,9%
	Total	Títulos	44	-	69	113
				% TOTAL no período	100,0%	

Por agora, a tentativa vem sendo proporcionar um equilíbrio para acesso em ambas as categorias, com vistas a contentar os leitores, autores e dispêndios: 86 títulos (ou 49,7%) em livre acesso e 87 (ou 50,3%) para aquisição a preços convidativos em relação aos de capa, ou seja, do livro impresso. Uma averiguação pelos períodos demonstra que quanto mais recente a obra, mais na modalidade 'controlado' esta se encontra (são 44 do último período e apenas uma do inicial), inversamente proporcional à 'livre' (28 no primeiro, em paralelo a zero no último).

Entretanto, é mister ressaltar pelo menos três aspectos:

1. o projeto iniciou-se pela modalidade acesso livre. As três editoras que o conformaram foram, por conseguinte, instadas a primeiro elencar títulos para essa fase (para dar tempo de os livros serem tratados a tempo e a hora de se acharem disponíveis na plataforma), enquanto, com o SciELO, estudavam e discutiam os aspectos da segunda fase piloto: o acesso controlado. Natural, portanto, que os três primeiros períodos estejam melhor distribuídos em tal modalidade no portal;
2. o acesso controlado tanto teve títulos indicados *a posteriori* como o funcionamento dessa modalidade no portal é bem mais recente, de forma que ainda não há uma exatidão de análises do comportamento dos *e*-leitores em relação a ele. Tendências de conduta mais seguras indubitavelmente virão a determinar os rumos da modalidade;

3. a Fiocruz vem procurando conformar, paulatina e prudentemente, uma política de acesso livre abrangente e responsável. E é certo de que tal iniciativa topará, adiante, com as de sua repartição editorial. O impacto dessa política certamente se refletirá na presença da Editora no SciELO Livros.

Finalmente, o último item a escrutinar: a área temática dos livros. O catálogo da Editora Fiocruz agrega os livros inclusive por classificação temática, quais sejam, Biotecnologia e Saúde; Ciências Biológicas e Biomédicas em Saúde; Ciências Sociais e Saúde; Educação, Formação e Recursos Humanos em Saúde; Gênero; História, Medicina e Saúde; Medicina, Epidemiologia e Bioestatística; Metodologia e Pesquisa; Nutrição e Alimentação; Políticas Públicas e Saúde; Saúde do Trabalhador; Saúde e Ambiente; Saúde Mental; Saúde Pública; Violência e Saúde. Não só isto já está feito, como não é exatamente o que cabe nesta pesquisa.

Há hipóteses em aberto e estas requerem comprovação. Assim, para os efeitos desta dissertação, a opção foi transcodificar as áreas temáticas dos livros, com base em, dadas as variadas proximidades, estudo sobre produção e citação em Saúde Coletiva, publicado por Leandro Carvalho e colaboradores nos *Cadernos de Saúde Pública* (2007).

O trabalho em epígrafe buscou apoiar-se no vocabulário DeCS, Descritores em Ciências da Saúde, disponível na página web da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), <http://decs.bvs.br>. Das 17 categorias que o DeCS apresenta, a que teve melhor aplicação e foi adotada na investigação foi 'Saúde Pública' (SP), em suas subdivisões: SP1 – Administração e Planejamento em Saúde; SP2 – Prestação e Cuidados de Saúde; SP3 – Demografia; SP4 – Saúde Ambiental; SP5 – Epidemiologia e Bioestatística; SP6 – Nutrição; SP7 – Reforma do Setor Saúde; SP8 – Desastres; e SP9 – Direito Sanitário. A opção dos autores foi, embasados nestas do DeCS, reclassificar as subáreas do seguinte modo:

- (1) “epidemiologia” – aqueles indexados nas subcategorias SP3 (*Demografia*) e SP5 (*Epidemiologia e Bioestatística*), além dos artigos indexados com os seguintes qualificadores: *estatística e dados numéricos, epidemiologia, mortalidade e prevenção e controle*; (2) “planejamento e políticas de saúde” – aqueles indexados nas

subcategorias SP1 (*Administração e Planejamento em Saúde*), SP2 (*Prestação de Cuidados de Saúde*) e SP7 (*Reforma do Setor Saúde*); (3) “ciências sociais em saúde” – aqueles indexados na subcategoria SP9 (*Direito Sanitário*), além dos artigos classificados com descritores de outros grupos, tais como: *economia, antropologia, sociologia, ética, história da saúde e educação em saúde*; e (4) “outras subáreas” – aqueles indexados nas subcategorias SP4 (*Saúde Ambiental*), SP6 (*Nutrição*) e SP8 (*Desastres*), além dos artigos que não se encaixaram em nenhuma das subáreas anteriores. (Carvalho *et al.*, 2007: 3024)

Permiti-me seguir tal pista e ensaiar ‘reclassificar a classificação’. Então, para a análise das áreas temáticas das obras publicadas pela Editora Fiocruz, proponho as seguintes categorias, que incluem as premissas do estudo que inspirou esta distribuição: EPI (Epidemiologia), PGP (Planejamento, Gestão e Políticas de/em Saúde), CSH (Ciências Sociais e Humanas em Saúde), OUT (Outras). A novidade? Para não deixar de lado linhagens de títulos que a Editora Fiocruz também abarca, duas outras séries aqui se farão presentes: BIO (Biológicas e Biomédicas Aplicadas à Saúde) e CLI (Pesquisa Clínica em Saúde).

Esclarecimentos adicionais são necessários:

1. foi consultada a Biblioteca de Saúde Pública Sergio Arouca: para a confecção das fichas catalográficas da Editora Fiocruz, assim como das demais que ali se processam, é utilizado o DeCS para a extração das palavras-chave;
2. já consta do capítulo metodológico que quem respondeu tal pergunta – área temática – não foi diretamente o livro, senão as palavras-chave que constam de sua ficha catalográfica. Pois bem: com os tais descritores em mão (registradas nos roteiros de entrevista), uma doutoranda em história das ciências e das técnicas e epistemologia e eu empreendemos, apartados, tal classificação. Pronta, seguimos para o cotejamento. Em caso de divergência, discutimos a categoria em que melhor se encaixaria o livro. Chegando ao consenso, designação final feita. Detalhe importante: apenas 9,5% dos livros tiveram que ser discutidos, nos demais 90,5% houve consenso prévio em ambas as classificações.

Feitas todas as esclarecimentos, julgo dever avançar para os achados deste exercício.

As duas tabelas a seguir (13 e 14) foram estruturadas de forma a permitir leituras distintas: uma mais geral – a área temática dos livros e os respectivos quantitativos distribuídos por períodos e percentagens; outra mais minuciosa – a área temática dos livros atribuída por tipos de livro e suas quantidades nos períodos e em percentuais. O resultado sugere ser interessante, é o que veremos de pronto.

Tabela 13. Títulos da Editora Fiocruz segundo área temática por períodos, 1994-2012

Área temática dos livros		Períodos				Total
		1994-1997	1998-2002	2003-2007	2008-2012	
CSH	Títulos	14	42	62	58	176
	% no período	34,1%	49,4%	52,1%	51,3%	49,2%
PGP	Títulos	13	13	22	25	73
	% no período	31,7%	15,3%	18,5%	22,1%	20,4%
EPI	Títulos	2	10	8	4	24
	% no período	4,9%	11,8%	6,7%	3,5%	6,7%
OUT	Títulos	5	13	18	18	54
	% no período	12,2%	15,3%	15,1%	15,9%	15,1%
BIO	Títulos	4	5	3	6	18
	% no período	9,8%	5,9%	2,5%	5,3%	5,0%
CLI	Títulos	3	2	6	2	13
	% no período	7,3%	2,4%	5,0%	1,8%	3,6%
Total	Títulos	41	85	119	113	358
	% no período	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Ciências Sociais e Humanas em Saúde lidera não somente o total de livros publicados no tempo global da análise (49,2% ou 176 títulos), mas cada uma de suas frações periódicas – da inicial (34,1%) à final (51,3%). Planejamento, Gestão e Políticas ocupam o segundo (20,4%) e Outros, o terceiro (15,1%) lugares globais. Epidemiologia vem em quarto lugar em termos de edição de obras na área (6,7%). Interessante notar que, mesmo somadas, Biológicas E Biomédicas Aplicadas à Saúde e Pesquisa Clínica em Saúde (total de 8,6%) em pouco ultrapassam a quarta e sequer se aproximam da terceira colocação (33 livros no total).

Mais um aspecto demanda reparo: a oscilação, nos intervalos temporais, da porção de livros em epidemiologia – menores nas fases inicial e final (especialmente nesta), mais elevados nas intermediárias. Seria um indicativo de uma opção preferencial, no tempo, por publicar em revistas acadêmicas, sejam estas daqui ou do exterior?

Ainda que sejam áreas em que a Editora Fiocruz enseja publicar e de maneira menos amiúde, aparentemente as ciências exatas e biológicas seguem preferindo outros meios de comunicação científica – muito provavelmente os periódicos científicos e as grandes editoras médicas, especializadas em lançar compêndios nos temas destas especialidades.

Tabela 14. Títulos da Editora Fiocruz segundo área temática e tipos de livro por períodos, 1994-2012

Tipo de livro	Área temática	Períodos				Total	
		1994-1997	1998-2002	2003-2007	2008-2012		
Coletânea	CSH	Títulos	7	12	16	16	51
		% no período	36,8%	35,3%	38,1%	36,4%	36,7%
	PGP	Títulos	7	4	10	11	32
		% no período	36,8%	11,8%	23,8%	25,0%	23,0%
	EPI	Títulos	1	7	3	2	13
		% no período	5,3%	20,6%	7,1%	4,5%	9,4%
	OUT	Títulos	-	4	9	10	23
		% no período	-	11,8%	21,4%	22,7%	16,5%
	BIO	Títulos	3	5	1	5	14
		% no período	15,8%	14,7%	2,4%	11,4%	10,1%
	CLI	Títulos	1	2	3	-	6
		% no período	5,3%	5,9%	7,1%	-	4,3%
	Total	Títulos	19	34	42	44	139
		% no período	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Coletânea especial	CSH	Títulos	-	2	-	-	2
		% no período	-	100,0%	-	-	28,6%
	PGP	Títulos	2	-	-	1	3
		% no período	100,0%	-	-	33,3%	42,9%
	OUT	Títulos	-	-	-	2	2
		% no período	-	-	-	66,7%	28,6%
Total	Títulos	2	2	-	3	7	
	% no período	100,0%	100,0%	-	100,0%	100,0%	

Tabela 14. Títulos da Editora Fiocruz segundo área temática e tipos de livro por períodos, 1994-2012 (continuação)

Tipo de livro	Área temática	Períodos				Total	
		1994-1997	1998-2002	2003-2007	2008-2012		
Monográfico	CSH	Títulos	5	27	33	41	106
		% no período	31,2%	56,2%	52,3%	64,0%	55,5%
	PGP	Títulos	4	9	11	13	37
		% no período	25,0%	18,8%	17,5%	20,3%	19,4%
	EPI	Títulos	1	3	5	2	11
		% no período	6,3%	6,2%	7,9%	3,1%	5,7%
	OUT	Títulos	5	9	9	6	29
		% no período	31,2%	18,8%	14,3%	9,4%	15,2%
	BIO	Títulos	1	-	2	1	4
		% no período	6,3%	-	3,2%	1,6%	2,1%
	CLI	Títulos	-	-	3	1	4
		% no período	-	-	4,8%	1,6%	2,1%
	Total	Títulos	16	48	63	64	191
		% no período	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Monografia especial	CSH	Títulos	2	1	13	1	17
		% no período	50,0%	100,0%	92,9%	50,0%	80,9%
	PGP	Títulos	-	-	1	-	1
		% no período	-	-	7,1%	-	4,8%
	CLI	Títulos	2	-	-	1	3
		% no período	50,0%	-	-	50,0%	14,3%
Total	Títulos	4	1	14	2	21	
	% no período	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Afora o que já foi salientado, dois aspectos invocam tanto ao aparecer nesta tabela. Um é a escolha da área Biológicas e Biomédicas Aplicadas à Saúde em publicar pela Editora Fiocruz suas coletâneas (no total, são 14 destas contrapostas a quatro livros monográficos). Em nada menos importante, o ulterior revela que, em paralelo, as Ciências Sociais e Humanas não deixam de publicar suas coletâneas, no entanto a predileção é sem dúvida pela edição das obras monográficas (106 destas em dessemelhança aos 51 títulos em coletâneas, no período global).

Tais observações conduzem inevitavelmente a ponderações: as Biológicas e Biomédicas Aplicadas à Saúde têm percebido a Editora Fiocruz como um lugar para veicular o estado da arte de seus temas? Por outro lado: as Ciências Sociais e

Humanas em Saúde vêm atinando ser a mesma editora o espaço de acolhida, trato e propagação de suas boas teses – não exclusivamente, mas também – transmutadas para livro?

5. QUANDO NÚMEROS INCITAM PALAVRAS

Os resultados do capítulo anterior abrem perspectivas para discussão ou ponderações necessárias, especialmente para quem inclui entre seus intentos de pesquisa os de se ater ao fazer editorial acadêmico, seus desafios históricos e contemporâneos, sua contribuição para a materialização do ambiente científico e para a difusão de conhecimentos, notadamente os produzidos pela ou na área da Saúde Coletiva.

Vamos por partes.

No intuito de contribuir com a instauração de “formas de reflexão que hoje não têm lugar e que podem ir além de todas as especulações de especialistas (sobretudo em ‘cientometria’) e de todas as recomendações de comitês e de comissões” (2004: 18), Bourdieu procura localizar a sua ideia de campo. Ao manipular tal conceito, o sociólogo lembra que qualquer produção cultural é objeto de análise com ambições científicas, o que favorece a oposição, o antagonismo: de um lado os que sustentam que tudo está somente nos textos (na crítica do autor, “o texto é o alfa e o ômega e nada mais há para ser conhecido”); de outro os que insistem na correlação texto/contexto, na perspectiva relacional dos escritos com o mundo social ou o econômico. É justamente aí que Bourdieu localiza a ideia de campo ou subcampo, como alternativa a essas oposições: espaço relativamente autônomo, dotado de leis próprias, usufruindo de certo grau de autonomia (2004: 20-21).

O autor frisa ainda o que considera uma das expressões mais explícitas da autonomia do campo, que é a capacidade de refração, de retradução. Sendo assim, todo e qualquer campo constitui-se em um espaço de forças e lutas, criado pelos agentes e pelas relações objetivas entre estes. E na determinação de tal estrutura, segundo sua concepção, está a distribuição de capital científico, quando, dada a dificuldade de ‘manipular’ um campo, este se torna uma forma específica de capital.

Como já aqui foi registrado, convém lembrar que “campos são lugares de relações de forças” e que “determinam o ‘sentido do jogo” (Bourdieu, 2004: 27).

Portanto, qualquer que seja, o campo (e para os devidos efeitos, aqui se trata do científico) é um objeto de luta, um jogo com protocolos próprios. Indo adiante, Pierre Bourdieu mapeia as características específicas do campo científico, afirmando que quanto maior o grau de autonomia deste, menos submetido estará às leis sociais externas, do macrocosmo. É enfático o diagnóstico:

Tudo iria bem no melhor dos mundos científicos possíveis se a lógica da concorrência puramente científica fundada apenas sobre a força de razões e de argumentos não fosse contrariada e até mesmo, em certos casos, anulada por forças e pressões externas (como se vê no caso das ciências que ainda estão a meio-caminho no processo de autonomização e onde se podem sempre disfarçar as censuras sociais em censuras científicas e vestir de razões científicas os abusos do poder social específico, como a autoridade administrativa ou o poder de nomeação mediante bancas de concursos). (Bourdieu, 2004: 34)

Finalmente, me é propício aqui agregar um colóquio entre Bourdieu e outro intelectual francês, Roger Chartier, este um historiador do livro e da leitura. Passados mais de vinte anos do encontro realizado em 18 de setembro de 1982, no Collège d'Échanges Contemporains de Saint-Maximin, França, o debate contido em seu registro continua de grande atualidade, em conteúdo e escopo, o que talvez justifique sua recente publicação pela Siglo Veintiuno Editores (2010, Argentina).

No referido encontro – ou no decorrer das ‘falas’ desses teóricos –, ambos se debruçam sobre a questão da leitura como prática cultural que, para além de suas raízes históricas, tem renovados desafios trazidos pela contemporaneidade. Para além da questão simbólica da leitura, Bourdieu e Chartier contextualizam as práticas desta, no afã de compreender os fenômenos que vêm se interpondo, no passar dos tempos, aos textos, seus conteúdos e formas e, principalmente, seus usos. Um bom exemplo vem das palavras de Bourdieu, ao chamar a atenção para o que lhe parece próprio das produções culturais, que é gerar a crença no valor do produto para que este seja reconhecido como objeto cultural (bem simbólico). Ele é categórico: “as leis sociais têm uma força extraordinária, quando alguém as ignora elas se vingam” (2010: 261).

Situando historicamente o debate acerca do livro e da leitura, ambos os autores, em perspectiva e ritmo de diálogo, põem-se na condição de leitor para desmistificar a leitura e seus usos sociais como pressuposto inconsciente, estabelecido e universalizante. Ao contrário, como ambos ressaltam, tanto as capacidades como as situações de leitura têm variado no decorrer dos tempos, nem todas carecendo da mediação do deciframento para que sejam assimiladas. No dizer de Chartier, “é necessário, pois, insistir no que há de criador, de diversificador, de distintivo na leitura” (2010: 262). Bourdieu complementa: “uma parte muito importante da atividade intelectual consiste em lutar pela boa leitura. É inclusive um dos sentidos da palavra ‘leitura’: ou seja, uma certa maneira de estabelecer o texto” (2010: 263).

Ambos os autores, que ora a entendem como mediação, ora se utilizam de outras (mediações) para deitar luzes sobre a compreensão dessa prática cultural, abordam também a necessidade de mais estudos sobre a leitura, que, por exemplo, complementem as usuais “análises de frequência ou enraizamento social com uma reflexão sobre as [suas] capacidades e os [seus] usos” (Bourdieu & Chartier, 2010: 259).

Chartier e Bourdieu fazem referência a autores clássicos da sociologia, como Marx ou Durkheim, e da filosofia, como Kant e Descartes, mas referem-se principalmente a autores que se aprofundaram na história do livro e da leitura, como Robert Darnton, Carlo Ginzburg, François Bresson, dentre outros. Ainda que tenham rápidas menções às contribuições desses autores, os conclamam para explicitar a vaga que percebem nos estudos acerca do livro e da leitura:

Seria importante saber o que as pessoas sabem sobre os outros autores ou sobre os editores, os jornais, os jornalistas, isto é, um conjunto de saberes que o historiador não encontrará mais. Encontrará deles pouco mais que vestígios, porque circulam de maneira oral. (...) Em uma civilização de leitores, persistem enormemente certos saberes prévios que não se transmitem pela leitura, mas não obstante a orientam. (Bourdieu & Chartier, 2010: 268) (tradução livre)

O intuito confesso deste meu percurso de pesquisa é o de contribuir, ainda que mínima ou parcialmente, para mitigar tal hiato.

Para além do teor do capítulo de perfil teórico, não raramente os conceitos e aplicações de Bourdieu têm impregnado esta dissertação: campo, lugar de forças, capital, reconhecimento ou distinção, *habitus*, jogo e suas regras ou sentidos... Típico dos conceitos, que “devem permanecer abertos”: um estudioso os observa no contexto das estruturas e os nomina, tornando-os ferramentas – até para que se possa manejar com eles –, quando estes, por sua vez, estavam e estão o tempo todo lá, provavelmente despercebidos, impregnados no cotidiano dos agentes.

No que se refere ao objeto deste estudo, faz-se necessário, sendo mais explícito e como prometido, checar a quantas anda, na perspectiva da articulação dessas concepções e seus usos, a questão da publicação, da produtividade científica e da avaliação acadêmica no campo da Saúde Coletiva.

Início pela compreensão que tal campo tem de si próprio. Segundo Barata e Santos,

A Saúde coletiva é um *campo científico* onde se produzem saberes e conhecimentos acerca do objeto “saúde” e onde operam distintas disciplinas (epidemiologia, ciências sociais em saúde, planejamento e gestão) que o contemplam sob vários ângulos; e um *âmbito de práticas*, onde se realizam ações em diferentes organizações e instituições por diversos agentes (especializados ou não), dentro e fora do espaço convencionalmente reconhecido como “setor saúde”. Enquanto campo de conhecimento, a saúde coletiva contribui com o estudo do fenômeno saúde-doença como processo social em populações; investiga a produção e distribuição das doenças na sociedade entendidas como processos de produção e reprodução social; analisa as práticas de saúde (processo de trabalho) na sua articulação com as demais práticas sociais; procura compreender, enfim, as formas pelas quais a sociedade identifica suas necessidades e problemas de saúde, busca sua explicação e se organiza para enfrentá-los. (2009)

Em artigo relativamente recente, Minayo observa o grande dinamismo que a área tem vivenciado, especialmente no que diz respeito à sua pós-graduação, registrando, por exemplo, que o crescimento do número de programas credenciados foi maior em Saúde Coletiva que no conjunto de todas as áreas do conhecimento:

a literatura sobre a área no período aumentou muito no sentido de aprofundar e debater o aprimoramento, a adequação e a correção de rumos dos programas de pós-graduação e da pesquisa em Saúde Coletiva. Todos esses trabalhos evidenciam-na como um campo interdisciplinar e estruturado sob a maioria dos aspectos, inclusive o pedagógico, embora ainda com muitos problemas a serem resolvidos do ponto de vista de quantidade e de qualidade. (Minayo, 2010a: 1.902)

Embora, como Minayo afirma, ainda haja muitos desafios a superar no interior do próprio campo científico em que se conforma a Saúde Coletiva, há outros, fora dos muros deste, que clamam por maior autonomia ou novas direções. Segundo sua apreciação crítica,

Outro ponto importante de ser evidenciado diz respeito à forma ainda amadora com que são tratados os estudos estratégicos e as avaliações que vêm se intensificando, embora sejam de elevada qualidade acadêmica reconhecida em livros e artigos. Sabemos que não é simples nem linear a incorporação do conhecimento teórico nas práticas, mas quando pensamos no significado da produção da pós-graduação para a Saúde Coletiva é importante assinalar que existe um comprometimento das instâncias políticas e de gestão com os resultados dos trabalhos. (Minayo, 2010a: 1.906)

No que toca à produção e publicação dos temas deste campo, estudos recentes, como os aqui citados, têm evidenciado estreita vinculação entre os saberes e as práticas nas três áreas temáticas da Saúde Coletiva, bem como a consolidação de periódicos científicos nacionais (e internacionais, ainda que este não seja o caso aqui) a serviço da mesma. Todavia, parece residir exatamente aí o que pode ser entendido como um problema.

Diante da necessidade de avaliar, como em qualquer outra área de conhecimento, a produção científica da Saúde Coletiva, agências certificadoras da pesquisa científica conseguiram estabelecer um verdadeiro aparato de checagem e mensuração dos artigos acadêmicos da área. Mais: vêm contando com os próprios pares, como em qualquer outra área de conhecimento, para validar tal certificação. Mas talvez tal avaliação esteja carecendo de ser avaliada, dado que o debate sobre o assunto tem sido intenso e acalorado na Saúde Coletiva.

Noutras palavras, no que diz respeito à veiculação de saberes pelas revistas científicas, os índices são favoráveis; quanto a isso, nada a reclamar:

há indícios de aumento da participação da produção em revistas das áreas clínicas e das revistas cujo enfoque principal é a atenção à saúde e diminuição das revistas classificadas como de ciências sociais. Esse achado merece uma maior exploração... (Viacava, 2010: 1982)

É efetivamente nas ciências menos “exatas” das que compõem o tripé de saberes da Saúde Coletiva, as nomeadas sociais e humanas em saúde (e, outrossim, em muitos casos, nas de planejamento, gestão e políticas de saúde, como aqui adotado), que o debate encontra eco, dado que estas têm, a exemplo de outras áreas de conhecimento, como a educação, a psicologia, a história etc., se estruturado em formas outras de comunicação científica. Não que desprezem o valor dos periódicos; longe disso, também os utilizam para registrar seus avanços. Contudo, o fundamental, para as ciências sociais e humanas, é que se reconheça que

Há diferenças estruturais importantes e incontornáveis no modo de produção intelectual das diferentes subáreas da saúde coletiva. (...) Duas alternativas claras podem ser delineadas neste momento: continuar perseguindo a mesma linha de ação ou tentar produzir formas de avaliação que efetivamente respeitem a pluralidade da saúde coletiva. A primeira alternativa, que consideramos inaceitável, coloca a integridade e continuidade histórica desse campo científico em risco. (Camargo Jr. *et al.*, 2010: 5) (tradução livre)

Não são poucos os autores que, ao analisar a produção, a citação e indicadores afins em Saúde Coletiva, têm reafirmado, em várias oportunidades, a

necessidade de valorização do livro acadêmico na avaliação dos programas de pós-graduação da área. Se o livro compõe sua caracterização de produção, nada mais justo então, no entender de muitos de seus pesquisadores, que ele seja igualmente contemplado em desdobramento na avaliação da Saúde Coletiva brasileira. E isto está em debate na comunidade, principalmente por conta das especificidades desse campo científico e, também, de sua heterogeneidade interna. Por conseguinte e não à toa, cobra-se dos certificadores da produção científica uma mais digna consideração do livro nas graduações concedidas:

tem havido questionamentos quanto aos critérios de avaliação, devido à sua possível pouca sensibilidade para identificar e valorizar outras formas de veiculação da produção científica. Em anos recentes têm amadurecido propostas visando a qualificar, também, livros e capítulos [de livros] como itens relevantes da produção científica em Saúde Coletiva. (Carvalho *et al.*, 2007: 3.029)

Se o crescimento da Saúde Coletiva e, por extensão, da sua produção científica são incontestes, há que encontrar os meios de dar suporte àquilo que é a forma de expressão adequada e preferencial das subáreas. Nos artigos publicados por autores das áreas das ciências sociais e humanas em saúde têm sido citados mais capítulos e livros do que artigos científicos, o que pode ser um indicativo importante de tal preferência. O mesmo padrão não se repete nos artigos da epidemiologia, ainda assim isto não pode ser considerado um demérito para o livro, pois, segundo Carvalho e colaboradores, “ainda que livros e capítulos constituam uma pequena fração das citações, os mais citados são, em geral, de natureza metodológica e, conseqüentemente, centrais à subárea” (2007: 3.028).

O fato é que este debate tem sido a tônica de várias áreas do conhecimento e, ao que tudo indica, as agências certificadoras vêm buscando soluções, alternativas para que, nos campos que se valem do livro científico para a expressão, o aprofundamento (sim, há considerações que necessitam se apegar para caber em artigo científico) e a propagação de seus saberes, sejam contentados autores e leitores. Na Saúde Coletiva tem havido ponderações de que sejam contempladas todas as modalidades, sem que nenhuma fique alijada de seus reais predicados.

O progresso observado na saúde coletiva mostra o potencial de crescimento da área, necessário para atender à demanda crescente nas universidades e principalmente no âmbito do SUS. Para isso, o aperfeiçoamento da avaliação é fundamental, de forma a estimular todos os segmentos congregados nessa área de avaliação. Mais ainda, de forma a fomentar maior e mais rica integração entre esses segmentos, produzindo respostas criativas e eficazes aos numerosos problemas de saúde desse país. Assim, é prioritário discutir questões voltadas à produção na forma de livros e capítulos e estudar com profundidade as diferentes bases de indexação e fontes de indicadores bibliométricos de forma a otimizar a classificação Qualis dentro de seu objetivo fundamental. (Barros, 2006: 49)

Contudo, não são apenas o debate de um campo e suas lutas para redefinir as regras do jogo que estão em pauta. Outros temas decorrem, na esteira deste, como o do produtivismo científico que vem assolando a criatividade e a pertinência daquilo que os pesquisadores têm a dizer, ou melhor, publicar. Na premência por publicar para pontuar, para dar satisfações à suas instituições de ensino e pesquisa e, ainda, às certificadoras e também financiadoras de projetos de investigação, outras mazelas têm se instalado na academia.

Questões de múltipla autoria suspeita, plágio, autoplágio, mais do mesmo travestido de novo artigo ou capítulo têm rondado o sono e o sonho de muitos pesquisadores e editores. Publicar é preciso, evidente! Mas estes tempos sugerem estarmos, em nível global, diante das plenas cacofonia e pletora acadêmica. 'Não quer perecer, publique' parece ser o lema.

Uma das possíveis explicações – simplistas – atribuíveis a este panorama acadêmico decorre da alta competição por recursos de pesquisa, mesclada a lutas de prestígio. Cabe ainda enfatizar o frenesi de avaliações desfocadas e deslocadas em sua pseudomeritocracia bibliométrica. Para além de seus merecimentos científicos, artigos e *papers* circulam também como mercadorias nos fluxos acadêmicos globalizados, fazendo com que pesquisadores se obriguem a comportar-se sintomaticamente como coelhos de Alice, frenéticos em

sua sobrecarregada demanda de atividades e tarefas. (Castiel, Sanz-Valero & Vasconcellos-Silva, 2011: 29)

A questão não é nova, tampouco simples, e demanda atenção. Alguns críticos do fazer científico têm se pronunciado a respeito, e não poupam nenhum dos lados: os autores, os editores, os certificadores... todos na roda da fortuna dos expostos aos ditames de urgência em pontuar ao publicar. Sobre este aspecto, comentarei mais no próximo capítulo. Se ainda há pontas a amarrar neste, é bom que o faça já.

Principiei reconvocando Bourdieu e suas definições. Procurei contextualizar estas no campo da Saúde Coletiva, ao trazer para a discussão elementos que a configuram como campo científico, seu grau de autonomia e suas lutas, necessárias refrações e retraduições, bem como o que está contemporaneamente em jogo e o sentido deste para seus agentes. Adicionei considerações sobre a leitura e a importância desta para estabelecer textos (que é o produto da produção científica em pauta) e atribuir-lhes sentido. Falta algo? Sim, e é sobre isto que versarei.

Em que ou onde, ou a que propósito, os achados sobre a Editora Fiocruz se encaixam nisto tudo?

Ao trazer para esta dissertação números sobre a Editora, a intenção foi esquadriñar o possível acerca do comportamento de seus livros ao longo do tempo e, nesse mesmo aspecto, do modo como tem se organizado uma casa publicadora para dar suporte a um campo científico, o da Saúde, ainda que, pelo que se verificou nos dados, mais notadamente na sua porção Saúde Pública/Coletiva. Tais quantitativos talvez expressem de modo mais explícito o quanto, durante quase vinte anos, tem se avançado no fazer editorial devotado a este campo.

Como se pode atestar nos achados do capítulo anterior, a Editora Fiocruz vem publicando por ano um número de títulos que, segundo a média do período mais recente aferido (2008-2012), tem importado em 23 lançamentos editoriais. Parece não tão expressivo, mas o olhar acerca disso pode mudar se às novas obras forem adicionadas as reimpressões (média de 14 ao ano, no mesmo período) e, mais ainda, quando considerado que a Editora está circunscrita a um único campo,

o da Saúde (ainda que, também, nas interfaces desta com as demais áreas do conhecimento). São por volta de 37 livros, produzidos e reproduzidos anualmente.

Mas estes dados, se não comentados desta exata forma, já foram aqui tratados – e pode-se proceder a outras abordagens, os números e percentagens estão dispostos nas tabelas. O que me faria, então, voltar a esse tema?

Na verdade, o interesse aqui é o de facilitar o diálogo entre tais números e as considerações que vêm decorrendo desde o início deste capítulo.

Decorre que estes livros publicados anualmente têm por base um significante de variados significados: demanda. Pelos reimpressos, a demanda de leitores, do mercado, como já visto. Por livros novos, a demanda de seus autores e organizadores, que os submetem a todo um processo editorial – da avaliação por pares e Conselho Editorial ao momento de lançamento dos livros, se não quisermos nos estender até os imbróglis de sua difusão e circulação – no afã de querer vê-los ‘ser no mundo’ (pelo menos no científico). Menos evidente é o que pode subjazer à demanda por livros novos, os outros significados que ela encerra.

Segundo nos contam esses números (ou os livros que os forneceram), as obras publicadas pela Editora Fiocruz, coletâneas ou monográficas, vêm se locupletando período a período. E tais médias de volume não têm implicado exatamente mais capítulos, mas, a olhos vistos, mais páginas, autores e/ou organizadores. Uma explicação possível é a de que se a área se avolumou, o campo se estendeu, natural que haja mais agentes-autores a publicar. Contudo, o panorama atual de clamores por pontuações sob a lógica do ‘produtivismo’ pode demandar explicações outras que podem, por sua vez, ser preocupantes. Na reflexão de Coimbra Jr., referindo-se muito mais ao que se passa nos periódicos científicos, mas que não tem sido tão distinto no caso dos livros,

A avaliação de artigos com vistas à publicação envolve uma complexa articulação entre editores, secretaria das revistas e consultores *ad hoc*. Tal sistema vive presentemente no limite de sua capacidade de responder, face às múltiplas e sucessivas demandas de pareceres (...). A comunidade da Saúde Coletiva brasileira, ainda que vicejante e em contínua ampliação, tem tido dificuldade para fazer frente à enorme

demanda. (...) Divulgar as pesquisas, via publicação, é um compromisso de ordem acadêmica e social. Não obstante, as exigências de produção de artigos, capítulos e livros não devem atropelar princípios importantes, e ao mesmo tempo a comunidade deve estar atenta para as implicações sobre os veículos de publicação. (Coimbra Jr., 2009: 2.092)

Há mais aspectos a considerar nesse cenário, e os mais urgentes se referem especialmente à tendência ao crescimento do número de autores em capítulos de livros coletâneas ou até mesmo dos monográficos de lavra compartilhada. É fato que o viço da área impôs novos e mais complexos protocolos de pesquisa, os bancos de dados estão também mais encorpados e imbricados, os problemas de saúde pública/coletiva a requerer diversificadas óticas e qualificadas estratégias de superação. É procedente, portanto, que um grupo de pesquisa ou até mesmo um conjunto plural destes se dediquem a publicar seus resultados e que elejam a Editora Fiocruz para tal. O que desassossega são os rumores cada vez mais prósperos em decibéis acerca do, parafraseando Castiel, Sanz-Valero e Vasconcellos-Silva (2011: 141), “meu nome no teu capítulo, teu nome no meu”, o que nomeiam por “escambo autoral”. Não há elementos reunidos para atestar que estas sejam práticas já disseminadas e tampouco que tenham se achegado aos livros da Editora. Contudo, têm chamado a atenção de alguns dos atentos autores e editores da Saúde Coletiva. Tanto que, em enunciado e preocupação similares, Camargo Jr. e Coeli alertam:

A atribuição de “autorias honorárias” pode ser uma tentação considerável num ambiente em que se estimula a produção de números crescentes de artigos, particularmente na ausência de controles efetivos. Cabe aos editores, autores e leitores zelar pelo respeito aos princípios éticos que regem a autoria, sob pena de criarmos uma situação em que a moeda básica da credibilidade acadêmica sofrerá de desvalorização inflacionária (...), uma bolha inflacionária. (2012: 899)

Cabe à Editora, ao seu Conselho e aos seus pareceristas uma vigilância nesse sentido, mas a melhor indicação é que seja também esta uma responsabilidade compartilhada pelo conjunto de agentes que conformam o campo. E isto

certamente implica em uma postura do coletivo da Saúde: não delegá-la somente aos que certificam e validam a ciência.

Outro elemento que convém mencionar é o advento do portal SciELO Livros, proativamente incentivado, compartilhado e trabalhado pela Editora Fiocruz. E isso está expresso na quantidade dos títulos que lá tem disponíveis num primeiro momento de projeto. Ao dispor de obras, na íntegra, para acesso livre e facilitado à comunidade leitora, a Editora quer dar um passo à frente na difusão de sua produção em rincões do país e do planeta. Mas, também, um voto de crédito àquilo que a porção livros do portal poderá se tornar em termos de efetiva contribuição, e nem tão a longo prazo, para a visibilidade, a utilização, a mensuração e o impacto da produção científica do campo da Saúde brasileira.

Ainda que os achados da pesquisa não revelem dados outros, como os desafios atuais e que se esboçam para a Editora Fiocruz, deixam manifesto que esta tem se organizado no sentido de não abrir mão da qualidade no que publica, como publica e nas soluções que pode engendrar para – com e sem trocadilhos – dar suporte ao conhecimento produzido pela Saúde. As iniciativas editoriais consolidadas na Editora Fiocruz – e aqui explanadas/demonstradas – sugerem fortemente que esta veio se estruturando para dar as devidas respostas não apenas a demandas de publicação; estas já estão no cotidiano do trabalho. A refutação necessária está em âmbito maior: a de maturar e se consolidar junto com uma área ou campo de conhecimento que tem, hoje, alargadas as suas pertenças.

Se uma ou mais subáreas fundantes da Saúde Coletiva têm suas especificidades e seus modos próprios de expressão, para além de vários periódicos consolidados, há também uma Editora apta a contribuir para assegurar a certificação destes, via livros. Se outras áreas da Saúde, como as biológicas ou biomédicas aplicadas ou a pesquisa clínica, necessitarem de fazer circular conteúdos neste formato, idem. Em suma: os achados indicam que a Editora Fiocruz, como outras boas editoras universitárias brasileiras, talvez esteja pronta para respaldar os argumentos dos que veem nos livros uma segura forma de expressão e avaliação acadêmicas.

Mas ainda não é só: os indicativos são os de que, em distinção a outras editoras universitárias, que se debruçam sobre áreas várias, de acordo com as temáticas – ou para além destas – nas quais suas universidades lecionam, a Saúde e seus campos e subcampos têm uma a seu exclusivo serviço (noutro dizer, uma Editora para a Saúde). E mais: sendo o segmento editorial minimamente um subcampo a serviço do capital científico, neste específico caso talvez não soe excessivo assegurar que na Editora Fiocruz o jogo tem sido bem jogado, no sentido de depositar recursos para adensar o capital científico acumulado pela Saúde.

CONCLUINDO

CELULOSE, NUVEM E HORIZONTES

A partir de uma intensa observação da produção da Editora Fiocruz, procurei trazer à tona, dentre outras, a questão do livro universitário, seus conteúdos e os desafios a que este é instado a responder na atualidade. O confessado intuito é, vasculhando *modus vivendi et operandi* de uma Editora para a Saúde e/ou da Saúde que tem sido lida no decorrer de quase vinte anos nos livros desta, contribuir para a compreensão do que se passa na atualidade e das perspectivas que se desenham no horizonte do livro acadêmico – cujos percursos, inclusive para a área em foco e mais notadamente para a sua materialização no ambiente científico, são de vulto para a difusão do conhecimento, a circulação das ideias, o avanço e perpetuação da ciência, da arte e da cultura.

Ainda que de forma sumária, me é propício aqui apresentar o que sobejou da leitura de um conjunto de reflexões, bem como do esquadramento dos livros da editora posta em exame, como substância importante no transcorrer desta análise. Dentre outras: a abundância dos conteúdos e sua necessária domesticação; a qualidade destes, suas gerência e avaliação; o papel do editor (e da editora) nesse processo; a certificação da qualidade do texto científico; os desafios e possibilidades diante das novas tecnologias de informação e difusão de conhecimentos, bem como a ampliação do conceito ‘livro’ insuflada por estas. Mais: também inquietações quanto ao acesso à informação (em especial o livre acesso), valorizando a práxis editorial universitária como potencial e efetivo agente do processo de avaliação e certificação da comunicação científica.

Sobre esse conjunto amplo de questões, permito-me recorrer a Goldbaum, que, também preocupado com a questão dos conteúdos, muito mais do ponto de vista da análise dos processos de avaliação acadêmica, lembra que na pauta dos quesitos elencados pelas agências certificadoras está o trabalho realizado pelos pares, com *locus* na própria academia, e que “a avaliação sempre deve implicar um instrumento de estímulo à progressão (e não um caráter punitivo) e, portanto, sempre terá um poder discriminante” (2005: 594). Também a Barata que,

refletindo acerca da revisão pelos pares, bem como de demais ocupações do fazer editorial universitário *versus* a necessidade de sobrevivência de suas editoras, reafirma sua crença na importância do livro como elemento intrínseco à circulação do conhecimento e agrega perspectivas ao advertir:

seria extremamente útil à nossa pós-graduação que docentes e pesquisadores refletissem sobre a real importância e o sentido de formar novos pesquisadores e produzir novos saberes, para então definir qual a forma mais apropriada de avaliar a qualidade do que está sendo feito. (2005: 596)

A respeito ainda deste leque de temas, é possível adicionar os aportes de Luz. A autora também tem percorrido por várias das questões aqui presentes. Quiçá seja esta uma evidência de que setores da academia – e, nestes, notadamente os da Saúde Coletiva – estão atentos e prontos a contribuir para o debate e para uma (pro)positiva evolução dos processos e meios de publicação, bem como dos sistemas de avaliação científicos.

Chegamos neste ponto a um paradoxo: o critério quantitativo do *impacto* não nos garante que o produto artigo seja efetivamente inovador ou original, isto é, nada nos diz sobre sua efetiva qualidade. Se na origem do processo da publicação, na avaliação dos pareceristas do órgão difusor, houver *parti pris*, contra ou a favor do produto, jamais se saberá se o produto é ou não cientificamente relevante. O valor do artigo científico em termos de conteúdo é assim, de certa forma, *inefável*. O que já não sucede com um objeto de arte – ou até mesmo com um livro – cuja qualidade é imediatamente apreensível. No caso da avaliação de artigos, tem-se que supor que os pareceristas ajam isentos de valores e escolhas prévias metodológicas ou teóricas, isto é, de *pré* conceitos. Supõe-se que sejam neutros.

Para as ciências sociais **não há neutralidade axiológica na construção do conhecimento**. (Luz, 2005: 636)

Acerca do sobejo de conteúdos e sua precariedade, bem como de seus efeitos colaterais na Saúde, cabem também críticas e inquietações:

A preocupação com a detecção e o combate das práticas científicas que se desviam dos trilhos éticos e controles para regular o empreendimento científico não se mostram estratégias suficientes para lidar com os excessos do panorama atual. As tentativas de controle correm o risco de elas mesmas se tornarem também excessivas. O que talvez importe de fato é desenvolver chaves analíticas que permitam a compreensão dos sentidos e significados da atividade científica nessa era de fluxos de informação em uma economia globalizada. No campo da saúde coletiva brasileira, há vozes que ressaltam a importância propositiva para conter os excessos bibliométricos na avaliação da produtividade acadêmica... (Castiel, Sanz-Valero & Vasconcellos-Silva, 2011: 158)

Se pontos de vista de reconhecidos autores da Saúde estão aqui registrados, é justo que se abra também espaço para atores da edição universitária. Assim, agrego aqui a síntese de Rosa sobre tais questões, que sinaliza, no tocante aos debates que envolvem a avaliação acadêmica do livro, que

o critério de qualidade do conteúdo, que seria o primeiro ponto considerado, precisa ser muito bem auditado, para que não ocorram avaliações subjetivas ou até mesmo discriminatórias, impostas inclusive pela tradição da indústria editorial brasileira, que concentra nas regiões Sul e Sudeste um maior número de editoras universitárias, tendo, inclusive, uma indústria gráfica mais bem equipada tecnologicamente para atender à especificidade da produção de livros. (2005: 592)

E finalizo com Marques Neto, que sugere caminhos futuros da edição universitária e, ainda, a ampliação conceitual do objeto livro:

penso em relação aos novos suportes da escrita e isso significa termos a necessária abertura para admitir e processar livros em outras mídias dando a eles o mesmo estatuto que admitimos para o livro impresso em papel. No presente trata-se simplesmente de colocar o que editaríamos em papel na tela e considerá-lo um livro. No futuro deveremos ter também a necessária abertura para admitir novas linguagens, novas estruturas de comunicação do pensamento

acadêmico que se expressa na tela. Mas isto é assunto para outro debate. (2005b: 598)

“Há muito mais coisas entre...”

Conteúdos e avaliação são, portanto, pontos centrais nos argumentos e comentários que compõem os debates que vêm sendo travados em ambos os ambientes, o acadêmico e o editorial universitário. De Johannes Gutenberg até a era da informação – suas nuvem e redes e até mesmo as ainda desconhecidas possibilidades –, é fato que o objeto livro vem sendo protagonista de sua própria história e no desenvolvimento das capacidades humanas, sejam estas técnicas, materiais, intelectuais...

A ‘infraestrutura’ hoje disponível por meio de uns cliques e a preços que tampouco aparentam pesar nos bolsos fez com que, nos anos 1990, alguns arautos da modernidade se precipitassem em anunciar o óbito daquele tão benquisto amarrado de papéis e letras organizado sobre coloridas cobertas, o livro. A história recente, contudo, tratou de abaixar a voz (e os ânimos!) dos profetas do cataclismo, e o que se tem visto, a despeito do surgimento e aperfeiçoamento de aparatos tecnológicos cada vez mais acessíveis e sedutores, *stricto e lato sensu*, é uma convivência ou coexistência nem sempre ou necessariamente pacífica de páginas impressas sobre celulose com páginas expressas sobre ecrã.

Ainda que seja preciso considerar as reflexões de Jorge Luis Borges, “o livro é lido para eternizar a memória” (2008: 35), sabe-se que há muito a visão romântica do livro precisou se acomodar aos novos assentos de mercado e, mais recentemente, aos dos tempos digitais, para encontrar meios de sobrevivência no imenso mar de publicações produzidas em tempos febris e escalas fabris. Domesticar tal opulência, como induz Marques Neto, parece uma tarefa iminente, destinada àqueles que estimam o livro – independentemente de seus suportes – e que dele ou nele fazem seu meio ou sentido de vida. Na concepção de Robert Darnton,

Agora o papel-chave dos editores está ficando mais claro (...). Mas a evolução do editor como figura distinta, em contraste com o mestre livreiro e o gráfico, ainda carece de estudos sistemáticos. Os historiadores mal começaram a explorar os documentos dos editores, embora sejam as fontes mais ricas de todas para a história do livro. (2010: 209)

Para além da valorosa sugestão de investigações prementes por cumprir – também feita por Bourdieu e Chartier e aqui devidamente registrada –, fica claro que não é possível, portanto, prescindir da figura do editor universitário (por conseguinte, da editora) enquanto tal pletora no espaço e no ciberespaço necessitar do olhar qualificado, do exercício profissional acurado, do labor que providencia para que o preciso decorra e circule adequadamente: os conteúdos.

Em tempos em que praticamente qualquer que seja, desde que minimamente apto, pode sentar-se em frente a um teclado e se comunicar, em tempo real, com os mais distantes pontos do planeta, tornando públicos ideias, conceitos, preconceitos, livros ou até mesmo a própria vida, fica ainda mais evidente que o grande desafio editorial, inclusive para os do ensino e da pesquisa, se estende para além de dar aos conteúdos linguagem e roupagem adequados e que lhes permitam ser no mundo. Trata-se, portanto, de uma injunção: além da avaliação, o laborioso gerenciamento de conteúdos (Marques Neto, 2005a: 588).

Uma atenta e preocupada casa editorial (e ainda que isto se aplique a todas, trata-se, aqui, mais especificamente daquelas de perfil técnico-científico, neste lugar incluída a Editora Fiocruz) tem por objetivo pautar-se pela qualidade na publicação de importantes resultados de investigação

na ótica de avaliação de seus consultores externos e também de um Conselho Editorial múltiplo e de alta competência técnica (...), com critérios rigorosamente acadêmicos de avaliação (...). Não estabelecemos esses critérios com o objetivo de cumprir requisitos das agências financiadoras, mas de criar um catálogo que seja rigorosamente universitário, pluralista, que contribua para o progresso da ciência e para a compreensão dos fenômenos (sociais, políticos, econômicos, naturais etc.) do mundo contemporâneo. Com

a ênfase na qualidade para publicar, e assim "domesticar a abundância", cumprimos cotidianamente a função de **editar**, não apenas **imprimir** trabalhos de pesquisa que chegam abundantemente à Editora. Uma editora com critérios de qualidade, com abertura para tornar esses critérios auditáveis, são, em última instância, certificadoras de qualidade de trabalhos academicamente corretos. (Marques Neto, 2005a: 589)

Certamente há outros fatores em jogo, como a própria subsistência das editoras em suas instituições, em cuja missão não raro está o pressuposto mínimo da autossustentabilidade, o que impõe o veio econômico como um dos que podem assombrar o critério de qualidade na definição do que publicar. A este, outros se somam, o que alarga sobremaneira os desafios a dar conta. Todavia, certamente há que criar mecanismos para que fantasmas não se criem, levando por exemplo em conta recentes possibilidades virtuais em proveito de novos tempos editoriais, mais e melhor circulação do conhecimento produzido, avaliações contextualizadas no olhar criterioso para o vasto e frutuoso trabalho que grande parte das editoras universitárias vem no cotidiano desenvolvendo para a propagação da ciência. E, nesse sentido e com os devidos apoios, o livro eletrônico pode ser um poderoso aliado.

Noutras palavras, o que aqui se expressa é que talvez esteja na hora de se acalmarem as vagas do *free* (no sentido do gratuito, pois isto nunca o será) para que soprem os ventos do *open* (sempre desejável, se assim possível) em favor dos necessários e renovados ares do *access* (este sim, essencial à formação de leitores plenos, de cidadãos plenos, de homens plenos). Acima destas discussões me parece estar outra, mais precisa, urgente: o repto de assegurar, sobretudo, qualidade como quesito indissociável aos conteúdos consumidos pelos sentidos e absorvidos pelo intelecto e, por que não dizer, pela memória. E aqui talvez caibam as ponderações de Lindsay Waters em mais um de seus assertos:

temos de erradicar a atitude de complacência perante o sistema, venha ela da parte dos administradores, venha de nós próprios (como acontece em grande medida). (...) E temos de ousar olhar para coisas novas e desenvolver novas teorias. Os estudiosos das humanidades têm de se opor à atitude iconoclasta sobre os livros e a

arte que enfim as dominou. Temos de abraçar a arte mais uma vez e mostrar como a interação envolvendo leitores, expectadores e ouvintes pode desencadear aquele tipo de experiência fugaz que permite a nossa alma vir à tona, em uma glória passageira. (...) Quando estivermos prontos a nos explicar e quando estivermos prontos de novo para o encontro com a obra de arte, isto é, quando fixarmos nossos olhos de novo no prêmio da experiência estética, vamos encontrar alunos e vamos encontrar o apoio de que tão desesperadamente precisamos para fazer nosso trabalho. (2006: 92)

Nessa seara, as universidades, seus produtores e produções, os pares todos, certamente muito têm a semear, cultivar e fazer frutificar.

“Além do horizonte deve ter...”

É sabido que o debate que se trava hoje quanto à certificação acadêmica não se esgotou, está ainda no expediente da academia e dentre as preocupações de autores e editores, notadamente os científicos e/ou universitários. As questões se estendem para além dos talvez já superados antagonismos ‘periódico *versus* livro’, ‘papel *versus* digital’, dentre outras. Compreendendo que cada expressão de pensamento tem o seu lugar e potenciais formas e suportes de registro e de capilarização, os debates vêm, isso sim, contribuindo para que as áreas do conhecimento se organizem em direção a mais e melhores dias para a comunicação dos resultados da pesquisa científica e propagação do saber.

Alguns exemplos podem ser citados quanto a isso, como o Roteiro para Classificação de Livros, aprovado pelo Conselho Técnico Científico da Educação Superior da Capes, em agosto de 2009. Trata-se do resultado do compromisso que algumas áreas do conhecimento – notadamente as humanas e/ou sociais – têm com a publicação de suas expressões do saber no formato livro. Tal compromisso fez com que estas insistissem junto àquela Coordenação por uma forma de contemplar o livro na avaliação de seus programas. Longe talvez de ser o formato ideal, em paralelo ao Qualis Periódicos (bem mais antigo, organizado e, de certa maneira, simples de ‘operar’), o Roteiro, nas palavras da própria Capes,

(...) traz conceitos e definições comuns e sugestão de modelo de ficha de classificação e servirá como orientação para as 23 áreas que vão classificar livros na avaliação trienal de 2010.

Em várias áreas do conhecimento, os livros constituem a principal modalidade de veiculação de produção artística, tecnológica e científica. As outras áreas de conhecimento, nas quais a produção de conhecimentos quase não se expressa na forma de livros, mas preferencialmente na forma de artigos em periódicos, não utilizarão o Roteiro para Classificação de Livros.

O roteiro consolida discussões ocorridas nas áreas e no âmbito do CTC-ES desde o meio do ano de 2008, cujos esforços eram de estabelecer critérios e procedimentos comuns para a qualificação de livros.

Como no caso de periódicos, as orientações e critérios do roteiro foram estabelecidos visando exclusivamente à avaliação da produção intelectual dos programas de pós-graduação e, portanto, são inadequadas para avaliações individuais de professores, pesquisadores e alunos. (2003)

Outro horizonte que se desenha e que nesta dissertação já teve assento é o promissor portal SciELO Livros. Proposta que começou a ser discutida e elaborada entre 2007 e 2008, está na Rede desde 2012, tendo por objetivos o aumento da visibilidade, da acessibilidade, do uso e do impacto dos livros acadêmicos. Para tal, vem contando, como base para seu desenvolvimento, com a *expertise* acumulada da metodologia SciELO para o seu já consagrado portal de periódicos, que se baseia na organização de coleções e no controle de *downloads* e citações dos produtos acadêmicos, sejam eles livros ou artigos. A expectativa é que, a exemplo do que ocorreu com a de periódicos, a fração livros do SciELO venha a contribuir com indicadores e métricas para a uma melhor e mais apurada apreciação (e creditação) do livro universitário.

Obviamente as questões aqui levantadas merecerão novas reflexões, estudos e aprofundamentos – mais que necessários, talvez urgentes. Com as proposições e exemplos trazidos nesta dissertação, procurei evidenciar que a academia não dorme e tampouco o livro agoniza. Ainda que a pauta da pós-modernidade venha impondo ao livro e à academia a necessidade de se

customizarem, os fatos denotam a crescente importância destes para responder a um mundo que tem muitas velhas e novas mazelas a superar.

Está claro, no cenário brasileiro, que embora a avaliação de órgãos como CNPq e Capes sejam referência no ambiente acadêmico, a universidade e os institutos de ensino e pesquisa, dentre estes os devotados à Saúde e toda a sua produção, devem assumir uma compreensão própria do assunto, estimulando e valorizando a produção de livros e capítulos de livro. Mais: projetos que, a exemplo do SciELO Livros, visam a ampliar e capilarizar o conhecimento científico, devem somar esforços na direção de reivindicar políticas de Estado para a promoção do pleno desenvolvimento humano. E que a formação de leitores plenos, do fundamental à pós-graduação, em prol de uma verdadeira cultura do livro e da leitura, esteja entre tais.

Quanto ao livro propriamente dito, Umberto Eco é quem afiança:

Das duas, uma: ou o livro permanecerá o suporte da leitura, ou existirá alguma coisa similar ao que o livro nunca deixou de ser, mesmo antes da invenção da tipografia. As variações em torno do objeto livro não modificaram sua função, nem sua sintaxe, em mais de quinhentos anos. O livro é como a colher, o martelo, a roda ou a tesoura. Uma vez inventados, não podem ser aprimorados. Você não pode fazer uma colher melhor que uma colher. (Carrière & Eco, 2010: 16-17)

Há ainda que deter os olhos na concepção de um contemporâneo e amigo de Borges, o escritor argentino Adolfo Bioy Casares:

Pocos objetos materiales han de estar tan entrañablemente vinculados a nuestra vida como algunos libros. Los queremos por sus enseñanzas, porque nos dieron placer, porque estimularon nuestra inteligencia, o nuestra imaginación, o nuestras ganas de vivir.

[Poucos objetos materiais haverão de estar vinculados de modo tão entranhado à nossa vida como alguns livros. Os desejamos por seus ensinamentos, porque nos deram prazer, porque estimularam nossa inteligência, ou nossa imaginação, ou nosso apetite de viver.] (tradução livre)

Trata-se, por fim, de um objeto mais que objeto. Como registrado em alguma das páginas deste trabalho, de algo com extraordinário poder transformador em pessoas ou realidades. Dentre eles, os livros universitários – e, creio firmemente, dentre os da Saúde, os da Editora Fiocruz.

REFERÊNCIAS

- BARATA, Rita Barradas. Comentário: o futuro do livro na avaliação dos programas de pós-graduação. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 9(18): 595-596, dez. 2005.
- BARATA, Rita Barradas & SANTOS, Ricardo Ventura. Documento de Área: Saúde Coletiva. Brasília: Capes, 2009. (Mimeo.)
- BARROS, Aluísio J. D. Produção científica em saúde coletiva: perfil dos periódicos e avaliação pela Capes. *Revista de Saúde Pública*, 40(n. esp.): 43-49, ago. 2006.
- BERGER, Peter. A sociologia como passatempo individual. *Perspectivas Sociológicas: uma visão humanística*. Petrópolis: Vozes, 1986. (Antropologia, 1)
- BORGES, Jorge Luis. *O Livro*. São Paulo: Edusp, 2008. (Edição comemorativa dos vinte anos da Edusp)
- BOSI, Maria Lúcia Magalhães & PAIM, Jairnilson da Silva. Graduação em Saúde Coletiva: subsídios para um debate necessário. Editorial. *Cadernos de Saúde Pública*, 25(2): 236-237, fev. 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. O capital social - notas provisórias; Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice & CATANI, Afrânio (Orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia crítica do campo científico*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. Um mundo à parte. *Para uma Sociologia da Ciência*. Lisboa: Edições 70, 2008. (Biblioteca 70)
- BOURDIEU, Pierre. Por uma ciência das obras. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. 11. ed. Campinas: Papyrus, 2011.

- BOURDIEU, Pierre & CHARTIER, Roger. La lectura: una práctica cultural. In: BOURDIEU, Pierre. *El Sentido Social del Gusto: elementos para una sociología de la cultura*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010.
- BOURDIEU, Pierre & CHARTIER, Roger. Habitus e campo. *O Sociólogo e o Historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado, 1988.
- BUFREM, Leilah Santiago. *Editoras Universitárias no Brasil: uma crítica para a reformulação da prática*. São Paulo/Curitiba: Edusp/Com-Arte/Editora UFPR, 2001.
- BUFREM, Leilah Santiago. Edição universitária no Brasil. In: CANOSSA-MENDES, João Carlos & CÓRDOBA RESTREPO, Juan Felipe (Orgs.). *Edición Universitaria en América Latina: debates, retos, experiencias*. Bogotá: Universidad del Rosario, 2011.
- CAMARGO JR, Kenneth Rochel de *et al.* Intellectual production in collective health: epistemology and evidence from different traditions. *Revista de Saúde Pública*, 44(3): 394-398, jun. 2010.
- CAMARGO JR, Kenneth Rochel de & COELI, Claudia Medina. Múltipla autoria: crescimento ou bolha inflacionária? *Revista de Saúde Pública*, 46(5): 894-900, out. 2012.
- CAPES. Roteiro para a classificação de livros. Disponível em: www.capes.gov.br/avaliacao/qualis. Acesso em 20 abr. 2013.
- CARVALHO, Leandro *et al.* Produção e citação em Saúde Coletiva: um olhar a partir dos periódicos Cadernos de Saúde Pública e Revista de Saúde Pública. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(12): 3.023-3.030, dez. 2007.
- CARRIÈRE, Jean-Claude & ECO, Umberto. *Não Contem com o Fim do Livro*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

- CASTIEL, Luis David; SANZ-VALERO, Javier & VASCONCELLOS-SILVA, Paulo Roberto. *Das Loucuras da Razão ao Sexo dos Anjos: biopolítica, hiperprevenção, produtividade científica*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.
- COIMBRA JR., Carlos E. A. Efeitos colaterais do produtivismo acadêmico na pós-graduação. Editorial. *Cadernos de Saúde Pública*, 25(10): 2.092, out. 2009.
- CORCUFF, Philippe. O construtivismo estruturalista de Pierre Bourdieu. *As Novas Sociologias: construções da realidade social*. Bauru: Edusc, 2001.
- CRAVEIRO, Gisele; MACHADO, Jorge & ORTELLADO, Pablo (Coords.). *O Mercado de Livros Técnicos e Científicos no Brasil: subsídio público e acesso ao conhecimento*. Bauru, SP: Canal 6, 2008.
- DARNTON, Robert. *A Questão dos Livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- EDITORA FIOCRUZ. *Site*. Como Publicar: submissão de originais. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/editora/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=78>. Acesso em: 17 abr. 2013.
- SCOREL, Sarah. *Reviravolta na Saúde: origem e articulação do movimento sanitário*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.
- FELLET, João. Pobreza recua no Brasil, mas fim da miséria é questionável. *Site BBC Brasil*. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/03/130307_abre_pobreza_brasil_jp_jf.shtml. Acesso em: 17 abr. 2013.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Presidência. Portaria n. 044/92. Constitui comissão para apresentar proposta de programação editorial. Rio de Janeiro, 19 jun. 1992.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Projeto de Criação da Editora da Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, c. 1993.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Presidência. Portaria n. 095/93. Constitui Conselho Editorial da Editora da Fiocruz. Rio de Janeiro, 03 maio 1993.

- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Presidência. Portaria n. 399/2005. Constitui Conselho Editorial da Editora da Fiocruz. Rio de Janeiro, 19 jun. 2005.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Presidência. Portaria n. 138/2009. Constitui Conselho Editorial da Editora Fiocruz. Rio de Janeiro, 14 maio 2009.
- GOLDBAUM, Moisés. O que fazer com os conteúdos?... Uma análise. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 9(18): 593-594, dez. 2005.
- GUEDES, Maria do Carmo & PEREIRA, Maria Eliza Mazzilli. Editoras universitárias: uma contribuição à indústria ou à artesanaria cultural? *São Paulo em Perspectiva*, 14(1): 78-84, mar. 2000.
- LIMA, Nísia Trindade & SANTANA, José Paranaguá de. *Saúde Coletiva como Compromisso: a trajetória da Abrasco*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Abrasco, 2006.
- LOYOLA, Maria Andréa Rios. Bourdieu e a sociologia. In: BOURDIEU, Pierre. *Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. (Pensamento Contemporâneo)
- LOYOLA, Maria Andréa Rios. A saga das ciências sociais na área da saúde coletiva: elementos para reflexão. *Physis*, 18(2): 251-275, 2008.
- LUZ, Madel T. O futuro do livro na avaliação dos programas de pós-graduação: uma cultura do livro seria necessária? *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 9(18): 631-636, dez. 2005.
- MARQUES NETO, José Castilho. A editora universitária, os livros do século XXI e seus leitores. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 4(7): 167-172, ago. 2000.
- MARQUES NETO, José Castilho. O que fazer com os conteúdos? O livro do século XXI na avaliação acadêmica. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 9(18): 587-590, dez. 2005a.
- MARQUES NETO, José Castilho. Réplica. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 9(18): 597-598, dez. 2005b.

- MENDES, Jaime. *Blog*. Concentração no mercado editorial brasileiro. Disponível em: <http://livroslivrariaselivreiros.blogspot.com.br/2012/06/concentracao-no-mercado-editorial.html>. Acesso em: 17 abr. 2013.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994. (Temas Sociais)
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pós-graduação em Saúde Coletiva de 1997 a 2007: desafios, avanços e tendências. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(4): 1.897-1.907, jul. 2010a.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010b. (Saúde em Debate, 46)
- MLODINOW, Leonard. *O Andar do Bêbado: como o acaso determina as nossas vidas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- NUNES, Everardo Duarte. Saúde coletiva: história de uma idéia e de um conceito. *Saúde e Sociedade*, 3(2): 5-21, 1994.
- PLANO NACIONAL DO LIVRO E DA LEITURA. Objetivos e Metas. *Site oficial*. Disponível em: http://189.14.105.211/conteudo/c00008/Objetivos_e_Metas.aspx. Acesso em: 12 abr. 2013.
- RODRIGUES, José Carlos. *O Corpo na História*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999. (Col. Antropologia e Saúde)
- ROSA, Flavia Goullart Mota Garcia. Refletindo sobre avaliação acadêmica do livro do século XXI. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 9(18): 591-592, dez. 2005.
- SANTOS, Antonio Raimundo. *Metodologia Científica: a construção do conhecimento*. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- SEGRE, Marco & FERRAZ, Flávio Carvalho. O conceito de saúde. Ponto de Vista. *Revista de Saúde Pública*, 31(5): 538-542, 1997.
- VIACAVA, Francisco. Produção científica dos cursos de pós-graduação em Saúde Coletiva no período 1998-2006. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(4): 1977-1988, jul. 2010.

WACQUANT, Loïc J. D. Durkheim e Bourdieu: a base comum e as suas fissuras. *Novos Estudos Cebrap*, 48: 29-38, jul. 1997.

WATERS, Lindsay. *Inimigos da Esperança: publicar, perecer e o eclipse da erudição*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EdUSP/Zouk Editora, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *Intelectuales, Política y Poder*. Buenos Aires: Eudeba, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BURKE, Peter. *Uma História Social do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CASTIEL, Luis David & VASCONCELLOS-SILVA, Paulo Roberto. *Precariedades do Excesso: informação e comunicação em saúde coletiva*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CHARTIER, Roger. *A Aventura do Livro: do leitor ao navegador - conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Editora Unesp, 1998.

CHARTIER, Roger. *Inscrever e Apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

EARP, Fábio Sá & KORNIS, George. *A Economia da Cadeia Produtiva do Livro*. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.

KARP, Sayri (Coord.). *La Transformación Impostergable: editores, libros y derechos digitales*. Memória Del III Foro Internacional de Edición Universitaria, 2008. Guadalajara: FIL/Red Nacional Altexto/UNE, 2010.

NOGUEIRA DOBARRO, Ángel. *Universidad y Edición: conocimiento y sociedad*. Bogotá: Aseuc, 2009.

PROSE, Francine. *Para Ler como um Escritor: um guia para quem gosta de livros e para quem quer escrevê-los*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

RICHARDSON, Robert D. *Primeiro Leemos, Después Escribimos: el proceso creativo según Emerson*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.